



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Saúde - SESAU
Gerência de Compras - SESAU-GECOMP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - SESAU/RO.

1.2. **Unidade Requisitante:** Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**; Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**; Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**; Hospital Regional de Buritis-**HRB**; Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**; Hospital Regional de Cacoal-**HRC**; Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**; Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JPII**; Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE**; e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**.

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. A elaboração deste Termo de Referência tem como objetivo a definição precisa do objeto a ser licitado, apresentando subsídios necessários, a fim de deflagrar procedimento licitatório através de Pregão Eletrônico para Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada**, para atender as necessidades do Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**, Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**, Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**, Hospital Regional de Buritis-**HRB**, Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**, Hospital Regional de Cacoal-**HRC**, Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**, Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JPII**, Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE** e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**, pelo período de 12 (doze) meses. E se dará conforme previsão na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, com suas alterações e amplitude de legislação aplicável vigente, e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

3. DO OBJETO

3.1. Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**, Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**, Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**, Hospital Regional de Buritis-**HRB**, Hospital Infantil Cosme e Damião - **HICD**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**, Hospital Regional de Cacoal-**HRC**, Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**, Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JPII**, Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE** e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**, pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.2.1. Da Solução Adotada

3.2.1.1. Em análise, verificou-se que a solução mais adequada para a presente demanda será a de Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes.

3.2.1.2. Independente do modelo a ser seguido, é importante que a decisão da Administração Pública seja pautada sob a ótica da eficácia da prestação do serviço, zelando pelos princípios que a regem. Assim, é necessário que a execução atenda efetivamente à necessidade coletiva, ou seja, com a otimização de recursos, e à manutenção de um serviço adequado e de qualidade.

3.2.2. Metodologia dos Serviços

3.2.2.1. Os serviços deverão ser prestados:

- Hospital Regional São Francisco do Guaporé - HRSF, localizado na Avenida Brasil, 4375, -

Cidade Alta, São Francisco do Guaporé - RO, 76935-000;

- Policlínica Oswaldo Cruz - POC, localizada na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3862 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-096;
- Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB, localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092;
- Hospital Regional de Buritis - HRB, localizado na Rua Vale do Paraíso, 2340 - Setor 3, Buritis - RO, 76880-000;
- Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO, localizado na Avenida Rosilene Xavier Transpadini, 2200 - Jardim Eldorado, Cacoal - RO, 76963-767;
- Hospital Regional de Cacoal - HRC, localizado na Avenida Malaquita, 3581 - Josino Brito, Cacoal - RO, 76961-887;
- Centro de Medicina Tropical - CEMETRON, localizado na Avenida Guaporé, 215 - Lagoa, Porto Velho - RO, 78918- 791;
- Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JPPII, localizado na Avenida Campos Sales, 4295 - Nova Floresta, Porto Velho - RO, 76807-005;
- Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, localizado na R. Benedito de Souza Brito, 4045 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-080;
- HOSPITAL Retaguarda de Rondônia - HRRO, localizado na Rua: Joaquim Nabuco, 2718 - Areal, Porto Velho - RO, 76804-074;
- Hospital Regional de Extrema - HRE, localizado na R. Abunã, 308 - Santa Bárbara, Porto Velho - RO, 76847-000;
- Unidade de Assistência Médica Intensiva - AMI, localizado na R. Geraldo Siqueira, 4436 - Caladinho, Porto Velho - RO, 76810-660;
- Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar - SAMD, localizado na Av. Gov. Jorge Teixeira, 3734 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092;

3.2.2.2. Os serviços de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes compreendem a transferência de pacientes entre as unidades de saúde próprias e contratadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), incluindo a logística de traslado em aeroportos, visando ao transporte aeromédico, ou o transporte ambulatorial até a unidade hospitalar designada. Esses serviços serão prestados mediante solicitação prévia da unidade hospitalar requisitante, abrangendo não apenas deslocamentos dentro dos municípios do Estado de Rondônia, mas também, em casos específicos, o transporte do Hospital Regional de Extrema até o município de Rio Branco, no estado do Acre.

3.2.2.3. Os deslocamentos poderão ocorrer entre hospitais estaduais, municipais, instituições privadas contratadas pela SESAU, garantindo a assistência integral e contínua aos pacientes, conforme demandado pelas unidades contempladas pelos serviços, exemplificado abaixo:

3.2.2.3.1. **Transferência para Unidades de Maior Complexidade da Rede Privada Contratada:** Um paciente internado no Hospital Regional de Buritis (HRB) pode ser transferido para uma unidade hospitalar privada contratada pela SESAU que possua maior capacidade técnica e infraestrutura, como um hospital privado com UTI especializada, para receber atendimento adequado.

3.2.2.3.2. **Transporte de Pacientes da Rede Privada para Hospitais Públicos Estaduais e Municipais:** Pacientes internados em hospitais privados contratados pela SESAU, que necessitem de atendimento especializado oferecido exclusivamente em hospitais públicos, como o Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro (HBAP) ou o Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal (HEURO), podem ser transferidos para receber tratamento de alta complexidade ou procedimentos específicos.

3.2.2.3.3. **Traslado entre Unidades da Rede Privada Contratada:** Pacientes que estão internados em uma unidade privada contratada pela SESAU podem ser transferidos para outra unidade privada também contratada para realização de procedimentos especializados. Por exemplo, um paciente que necessita de uma cirurgia cardíaca pode ser transportado entre hospitais privados que oferecem diferentes especialidades.

3.2.2.3.4. **Transferência para Procedimentos em Hospitais Públicos e Privados:** Um paciente do Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSF) pode ser transferido para um hospital privado contratado pela SESAU para a realização de um procedimento cirúrgico ou exame especializado que não está disponível na unidade pública. O mesmo pode ocorrer no sentido inverso, transferindo o paciente de uma unidade privada contratada para um hospital público com maior expertise em determinado tratamento.

3.2.2.3.5. **Transporte para Aeroporto e Tratamento Fora do Domicílio (TFD):** Um paciente internado no Hospital Regional de Extrema (HRE) pode ser transportado até o aeroporto de Rio Branco, no Acre, para transferência aeromédica para um hospital de referência privado fora do estado, caso não haja leitos disponíveis na rede pública.

3.2.2.4. Esses exemplos mostram a abrangência dos serviços de transporte inter-hospitalar, atendendo tanto a rede pública quanto a privada contratada, garantindo que os pacientes recebam tratamento especializado nas unidades mais adequadas, conforme as necessidades clínicas e a logística de atendimento definida pela SESAU.

3.2.2.5. A definição da ambulância a ser destacada para o transporte inter-hospitalar de pacientes será realizada com base no perfil clínico do paciente e na complexidade do atendimento necessário. A escolha entre a ambulância de Suporte Avançado (Tipo "D" - UTI Móvel) ou Suporte Básico (Tipo "B") será determinada pela gravidade do quadro clínico e pela necessidade de equipamentos e equipe especializada. Além disso, a relação do paciente com a unidade hospitalar de destino também será considerada, visando garantir que o hospital receptor tenha a estrutura e os recursos adequados para oferecer o tratamento necessário, seja em uma unidade pública estadual, municipal ou em hospitais privados contratados pela SESAU.

3.2.2.6. Quando os serviços forem realizados em viagem intermunicipal e interestadual, haverá o pagamento de diárias pela contratada aos tripulantes, seguindo o parâmetro de a Convenção Coletiva de Trabalho de cada categoria de classe, e em sua ausência deverá usar a 'Convenção Coletiva de Trabalho da(s) categoria(s) Empresas e Trabalhadores da Terceirização em Geral e Prestação de Serviços de asseio, conservação, limpeza pública e ambiental, limpeza urbana, varrição, remoção, coleta de lixo privados e públicos/urbanos, coleta de resíduos hospitalares e industriais, bem como terceirização e/ou locação de mão-de-obra em geral, com abrangência territorial em todo o estado de Rondônia' para todos.

3.2.2.7. Vale destacar que, o pagamento das diárias não integram o Piso do pagamento/remuneração (motorista, técnico de enfermagem, enfermeiro, médico), pois não são parcelas remuneratórias, devendo ser pago conforme ocasionar.

3.2.2.8. Informamos que o cálculo do valor das diárias foi elaborado com base na quantidade de ambulâncias atribuídas a cada lote desta contratação este segue os parâmetros estabelecidos na convenção coletiva (Id.00054129878), aplicando-se igualmente a todos os profissionais da equipe, com equiparação ao valor destinado aos motoristas, uma vez que os demais cargos não possuem convenção coletiva específica.

3.2.2.9. A quantidade de diárias foi estimada a partir de informações fornecidas pelo Hospital João Paulo II conforme Despacho JPII-GENF (Id. 0054060347), considerando o número de viagens intermunicipais realizadas ao longo de um período de 60 (sessenta) dias. Essa projeção representa uma média de 15% do total de deslocamentos realizados no período, percentual que foi então multiplicado pelo valor unitário da diária, resultando no total apresentado.

3.2.2.10. Os 15% representam a proporção de viagens intermunicipais (44 viagens) em relação ao total de diárias operacionais das ambulâncias (300), ao longo de 60 dias. Este percentual foi estimado para projetar o número de diárias e custos associados ao serviço de transporte.

3.2.2.11. Ademais, o valor referente a diárias não será objeto de disputa entre os participantes e será pago à contratada mediante a devida comprovação da sua realização.

3.2.2.12. A Contratada deverá ainda comprovar mensalmente o demonstrativo do cálculo da diária, pagamento (antecedente ao período da viagem) e relatório da viagem em que fora desempenhado o serviço.

3.2.2.13. As ambulâncias disponibilizadas deverão ser de cor branca e possuir identificação com símbolo próprio indicativo dos serviços de resgate e emergências, padronizada conforme legislação vigente.

3.2.2.14. Os veículos deverão atender todas as normas da Vigilância Sanitária e CONTRAN em vigor e suas atualizações. Os veículos (ambulâncias) deverão possuir as dimensões e outras especificações, de acordo com as normas da ABNT - NBR 14.561 de julho de 2000. A disponibilização dos veículos (ambulâncias) será com quilometragem livre.

3.2.2.15. De acordo com a legislação em vigor, os veículos a serem utilizados deverão:

- a) Possuir Seguro (carro e equipamentos UTI) contra danos à terceiros e passageiros, sendo inteiramente responsabilizada, por quaisquer outros valores e franquias que por ventura venham a ocorrer no período de vigência do Contrato, sem qualquer ônus ou responsabilidade a Contratante, seja a que tempo for. O Seguro deverá ser válido durante todo o período de vigência do contrato e em todo território nacional.
- b) Possuir Segurança: cada veículo deverá ser mantido em bom estado de conservação e condições de operação/uso, garantindo a devida segurança ao paciente, acompanhante e à tripulação.
- c) Trafegarem com a vistoria do DETRAN compatível com o tipo de veículo, cujo certificado deverá estar afixado na ambulância em local visível.
- d) Ser de propriedade da Pessoa Jurídica Contratada ou locadas ou arrendadas conforme estabelecido na legislação vigente.
- e) Deverá realizar manutenção preventiva periódica, com cronograma pré-estabelecido no ato da contratação dos serviços, a fim de conservar o veículo em perfeitas condições de funcionamento, procedendo para tanto, verificação de todos os itens pertinentes à manutenção, ajustes e substituições de peças sem qualquer ônus para a Secretaria de Saúde.
- f) Possuir ar condicionado.
- g) Possuir direção assistida.
- h) Possuir Sinalizador luminoso e sonoro, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003.
- i) Ter acessórios obrigatórios: cintos de segurança três pontas, extintor estepe, chave de roda, macaco, triângulo e estepe.
- j) Possuir Sistema seguro de fixação de maca no assoalho e cintos de segurança para o paciente em condições de uso, bem como para o motorista e demais passageiros, conforme a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003.
- k) Ter as superfícies internas forradas de material que permita e resista aos métodos de desinfecção

normalmente utilizados, permitindo a execução destes procedimentos.

l) Contar com estepe devidamente instalado em local que não interfira na movimentação/acomodação do paciente.

m) Possuir as superfícies internas, no compartimento destinado ao paciente, sem quinas e portas potencialmente causadoras de ferimentos e acidentes.

n) Possuir as janelas do compartimento do paciente deverão ser de vidro, podendo ter linhas jateadas.

o) Ter iluminação interna adequada para a realização de procedimentos.

3.2.2.16. No ato da apresentação dos veículos para início do serviço, estes deverão conter todos os equipamentos, aparelhos e acessórios mencionados acima deverão ser novos e estar em perfeitas condições de uso, sendo de inteira responsabilidade da Contratada a manutenção preventiva, corretiva e calibração dos mesmos, bem como os danos ao Contratante ou a Terceiros decorrentes de suas falhas, desde que esses equipamentos sejam utilizados com o devido zelo e respeitando as normas de utilização dos mesmos.

3.2.2.17. Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos. Quando da formalização da contratação, a Contratante reserva-se o direito de proceder à vistoria dos veículos disponibilizados para a prestação dos serviços, por técnicos indicados pela mesma.

3.2.2.18. Periodicamente, conforme necessidade da Administração, uma equipe da Unidade de Saúde Hospitalar fará o checklist no veículo para verificação do estado e condições de funcionamento dos equipamentos e se devem ser repostos ou levados à manutenção. Os itens descartáveis, medicamentos, E.P.I. e demais insumos hospitalares serão responsabilidade da Contratante, com exceção do oxigênio e ar comprimido, que são itens de obrigação da Contratada.

3.2.2.19. A Contratada é obrigada a realizar a desinfecção do veículo após o transporte de pacientes portadores de moléstia infectocontagiosa, antes de sua próxima utilização.

3.2.3. Com fundamento na Portaria nº 2.048/2002 e ABNT NBR 14.561/2000 e demais legislações pertinentes, o tipo do veículo para a prestação do serviço supramencionado segue:

3.2.3.1. Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de **Ambulância de Suporte Básico TIPO "B"** - Veículo Modelo Furgão - Veículo destinado ao transporte interhospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino. Tripulação: 2 profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem.

3.2.3.2. Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de **Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D"** - Veículo Modelo Furgão - Veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função. Tripulação: 3 profissionais, sendo um motorista, um enfermeiro e um médico.

3.2.4. O objeto da pretensa contratação deverá estar em total conformidade com as definições e quantidades constantes nas tabelas abaixo e demais deste Termo de Referência:

LOTE I - HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO- HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS-HRB E HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD				
ITEM	DEFINIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO/AMBULÂNCIA	CARGA HORÁRIA	UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO	QUANTIDADE
1	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	12 horas/dia Das 07h00min às 19h00min 7 dias por semana	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB , localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092	01
2	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB , localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092	01
3	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HB , localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092	01

LOTE I - HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO- HBAP, HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS-HRB E HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD

4	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Buritis - HRB , localizado na Rua Vale do Paraíso, 2340 - Setor 3, Buritis - RO, 76880-000	02
5	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Buritis - HRB , localizado na Rua Vale do Paraíso, 2340 - Setor 3, Buritis - RO, 76880-000	01
6	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia (7 dias por semana)	Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD , localizado na R. Benedito de Souza Brito, 4045 - Industrial, Porto Velho - RO	02
7	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia (7 dias por semana)	Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD , localizado R. Benedito de Souza Brito, 4045 - Industrial, Porto Velho - RO	01
8	Valor estimado para o pagamento de diárias aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT (0059554811). Não será objeto de disputa entre os participantes e será pago a contratada mediante a comprovação nos termos do item 3.2.2.6.			R\$ 391.091,25

QUANTIDADE TOTAL: 09 (NOVE)

Quadro 01: Serviço prestado em HBAP, HRB e HICD

LOTE II - CENTRO DE MEDICINA TROPICAL-CEMETRON E HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-HRSF

ITEM	DEFINIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO/AMBULÂNCIA	CARGA HORÁRIA	UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO	QUANTIDADE
9	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem..	24 horas/dia 7 dias por semana	Centro de Medicina Tropical - CEMETRON , localizado na Avenida Guaporé, 215 - Lagoa, Porto Velho - RO, 78918-791	01
10	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Centro de Medicina Tropical - CEMETRON , localizado na Avenida Guaporé, 215 - Lagoa, Porto Velho - RO, 78918-791	01
11	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional São Francisco do Guaporé - HRSF , localizado na Avenida Brasil, s/n, São Francisco do Guaporé - RO, 76935-000	02
12	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissional: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional São Francisco do Guaporé - HRSF , localizado na Avenida Brasil, s/n, São Francisco do Guaporé - RO, 76935-000	02
13	Valor estimado para o pagamento de diárias aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT (0059554811). Não será objeto de disputa entre os participantes e será pago a contratada mediante a comprovação nos termos do item 3.2.2.6.			R\$ 308.756,25

QUANTIDADE TOTAL: 06 (SEIS)

Quadro 02: Serviço prestado em CEMETRON e HRSF.

LOTE III - SERVIÇO ASSISTENCIAL MULTIDISCIPLINAR E DOMICILIAR-SAMD, POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ-POC E HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA-HRE

ITEM	DEFINIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO/AMBULÂNCIA	CARGA HORÁRIA	UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO	QUANTIDADE
14	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	12 horas/dia Das 07h00min às 19h00min 5 dias por semana (segunda-feira à sexta-feira)	Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-SAMD, localizado na Rua Aparício de Moraes, bairro industrial, nº 1067, Porto Velho - RO, CEP: 76821-094	01
15	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veiculo/Ambulância de Suporte Básico Tipo "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	12 horas/dia- das 7 às 19h 5 dias por semana (segunda-feira à sexta-feira)	Policlínica Oswaldo Cruz - POC , localizada na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3862 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-096	01
16	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Extrema - HRE , localizado na Rua Abunã, 308 - Extrema, Porto Velho-RO - 76847-000	02
17	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Extrema - HRE , localizado na Rua Abunã, 308 - Extrema, Porto Velho-RO - 76847-000	01
18	Valor estimado para o pagamento de diárias aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT (0059554811). Não será objeto de disputa entre os participantes e será pago a contratada mediante a comprovação nos termos do item 3.2.2.6.			R\$ 144.086,25
QUANTIDADE TOTAL: 06 (SEIS)				

Quadro 03: Serviço prestado em SAMD, POC e HRE

LOTE IV - HOSPITAL ESTADUAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II-HEPSJP II, ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA-AMI E HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA-HRRO

ITEM	DEFINIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO/AMBULÂNCIA	CARGA HORÁRIA	UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO	QUANTIDADE
19	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JPII , localizado na Avenida Campos Sales, 4295 - Nova Floresta, Porto Velho - RO, 76807-005	02
20	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO “B” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	12 horas/dia Das 07h00min às 19h00min 7 dias por semana	Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JPII , localizado na Avenida Campos Sales, 4295 - Nova Floresta, Porto Velho - RO, 76807-005	03
21	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - JPII , localizado na Avenida Campos Sales, 4295 - Nova Floresta, Porto Velho - RO, 76807-005	02
22	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Centro de Medicina Intensiva - AMI , localizado na Rua Geraldo Siqueira, 4436 - Caladinho, Porto Velho - RO, 76810-660	01
23	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	12 horas/dia Das 07h00min às 19h00min (7 dias por semana)	Hospital de Retaguarda de Rondônia-HRRO , localizado na Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - 76804-074	01
24	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” e Mão-de-obra especializada. Com os profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital de Retaguarda de Rondônia-HRRO , localizado na Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO - 76804-074	01
25	Valor estimado para o pagamento de diárias aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT (0059554811). Não será objeto de disputa entre os participantes e será pago a contratada mediante a comprovação nos termos do item 3.2.2.6.			R\$ 329.340,00
QUANTIDADE TOTAL: 09 (NOVE)				

Quadro 04: Serviço prestado em HEPSJP II, AMI e HRRO.

LOTE V - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL- HEURO E HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL-HRC

ITEM	DEFINIÇÃO/CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULO/AMBULÂNCIA	CARGA HORÁRIA	UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO	QUANTIDADE
26	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico TIPO “B” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO , localizado na Avenida Rosilene Xavier Transpadini, 2200 - Jardim Eldorado, Cacoal - RO, 76963-767	02
27	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO , localizado na Avenida Rosilene Xavier Transpadini, 2200 - Jardim Eldorado, Cacoal - RO, 76963-767	01
28	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO “D” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) médico.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Cacoal - HRC , localizado na Aveida Malaquita, 3581 - Josino Brito, Cacoal - RO, 76961-887	01
29	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO “B” e Mão-de-obra especializada. Com profissionais: 1 (um) motorista e 1 (um) técnico ou auxiliar de enfermagem.	24 horas/dia 7 dias por semana	Hospital Regional de Cacoal - HRC , localizado na Aveida Malaquita, 3581 - Josino Brito, Cacoal - RO, 76961-887	02
30	Valor estimado para o pagamento de diárias aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT (□□□□□□□0059554811□□□□□□□). Não será objeto de disputa entre os participantes e será pago a contratada mediante a comprovação nos termos do item 3.2.2.6.			R\$ 288.172,50
QUANTIDADE TOTAL: 06 (SEIS)				

Quadro 05: Serviço prestado em HEURO e HRC.

3.2.5. A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverá(ão) prestar os serviços nas unidades hospitalares conforme indicado no item 8.1. deste Termo de Referência.

3.2.6. As ambulâncias disponibilizadas deverão ser de cor branca e possuir identificação com símbolo próprio indicativo dos serviços de resgate e emergências, padronizada conforme legislação vigente.

3.2.7. Os veículos deverão atender todas as normas da Vigilância Sanitária e Contran em vigor e suas atualizações.

3.2.8. Os veículos (ambulâncias) deverão possuir as dimensões e outras especificações, de acordo com as normas da ABNT - NBR 14.561 de julho de 2000.

3.2.9. Os veículos (ambulâncias) deverão possuir no máximo 03 (três) anos de fabricação, visando atender com eficiência e qualidade ao escopo do serviço, tendo em vista a complexidade de sua execução, bem como justifica-se tal exigência em virtude da garantia da integridade dos pacientes a serem transportados, caso este que já fora apreciado pelo TCE, conforme Acórdão AC1-TC 00820/24, destacam-se os seguintes pontos:

a) **Manutenção e Confiabilidade:** Veículos com mais de três anos podem exigir mais manutenção, o que pode afetar a confiabilidade no momento de uma emergência.

b) **Impacto na Qualidade do Serviço:** A utilização de ambulâncias mais novas e seguras pode resultar em um atendimento mais eficiente e adequado, impactando positivamente a saúde dos pacientes.

c) **Análise de Custo-Benefício:** É importante considerar o equilíbrio entre o custo de manutenção de veículos mais antigos e o investimento na aquisição de novos, levando em conta a segurança e a eficiência do serviço.

3.2.9.1. Esses elementos servem para contextualizar a utilização de um prazo de até 03 (três) anos para o uso de ambulâncias, destacando a relevância da segurança e da eficiência no atendimento à saúde.

3.3. **Especificações Técnicas das Ambulâncias** de acordo com a *Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002*:

3.3.1. Em conformidade com a Portaria supracitada, as ambulâncias deverão dispor, **no mínimo**, dos seguintes materiais e equipamentos **ou similares com eficácia equivalente**, conforme a classificação/tipo de ambulância:

3.3.2. ☐ **Ambulância de Suporte Básico Tipo B** – Veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de morte conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de morte desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino.

3.3.2.1. **Definição dos Materiais e Equipamentos das Ambulâncias:** Deverão conter necessariamente:

3.3.2.2. Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços. As ambulâncias de suporte básico que realizam também ações de salvamento deverão conter o material mínimo para salvamento terrestre, aquático e em alturas, maleta de ferramentas e extintor de pó químico seco de 0,8 Kg, fitas e cones sinalizadores para isolamento de áreas, devendo contar, ainda com compartimento isolado para a sua guarda, garantindo um salão de atendimento às vítimas de, no mínimo, 8 metros cúbicos. **Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos.**

3.3.3. ☐ **Ambulância de Suporte Avançado Tipo D (UTI Móvel)** – Veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Devendo contar com os equipamentos médicos necessários e profissionais habilitados para esta função.

3.3.3.1. **Definição dos Materiais e Equipamentos das Ambulâncias:** Deverão conter necessariamente:

3.3.3.2. Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca com rodas e articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas); respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo); bomba de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e “spray”; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; fios-guia para intubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com anti-séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; equipo de infusão de 3 vias; frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto como descrito nos itens anteriores; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva; equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almofolias com anti-séptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna. Para o atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma Incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância e conter respirador e equipamentos adequados para recém-natos. **Todos os equipamentos devem possuir termos de aferição específicos.**

3.3.3.3. A segurança e o bem-estar do paciente dependem diretamente da qualidade dos equipamentos médicos presentes em uma ambulância. É crucial que os equipamentos especificados na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 sejam capazes de atender a uma variedade abrangente de necessidades médicas e que sejam submetidos a atualizações regulares para garantir seu perfeito funcionamento. Além disso, é fundamental que esses equipamentos estejam em condições de uso e atendam as necessidades dos pacientes a serem transportados, ainda deverão ser substituído em caso de não atenderem as necessidades das unidades a que prestem atendimento, ademais atendam integralmente às disposições do Código do Consumidor.

3.3.3.4. Medicamentos obrigatórios:

- Lidocaína sem vasoconstritor; adrenalina, epinefrina, atropina; dopamina; aminofilina; dobutamina; hidrocortisona; glicose 50%;
- Soros: glicosado 5%; fisiológico 0,9%; ringer lactato;
- Psicotrópicos: hidantoína; meperidina; diazepam; midazolam;
- Medicamentos para analgesia e anestesia: fentanil, ketalar, quelecin;
- Outros: água destilada; metoclopramida; dipirona; hioscina; dinitrato de isossorbitol; furosemide; amiodarona; lanatoside C.

3.4. **Equipe de Transporte (Motorista, Técnico de Enfermagem, Enfermeiro e Médico):**

3.4.1. Fazem parte do objeto deste termo de referência, sendo esses de responsabilidade da CONTRATADA e por ela disponibilizados, incluindo todas as despesas diretas e indiretas da contratação destes profissionais, ficando a CONTRATANTE isenta de tais responsabilidades.

3.4.2. A ambulância disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista, um técnico de enfermagem, um enfermeiro e/ou um médico devidamente habilitados, **estando distribuídos da forma estabelecida nas tabelas do item 3.2.1 deste Termo de Referência** e de acordo com o estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja:

a) Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional.

b) Técnico de Enfermagem e Enfermeiro inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar.

c) Médico inscrito no Conselho Regional de Medicina habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar.

3.4.3. Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA.

3.4.4. Ficam os funcionários da CONTRATADA e da administração pública, que diretamente possam vir a estar ligados à execução do serviço de transporte de pacientes, assim como na utilização dos equipamentos e materiais médicos para tal execução, responsáveis por usar corretamente, zelar, limpar e realizar a assepsia dos materiais de uso exclusivo da equipe de saúde.

3.4.5. A base legal para a terceirização nas organizações públicas encontra-se inicialmente prevista no Decreto-Lei nº 200, de 1967, o qual prevê a possibilidade de a Administração desobrigar-se da realização material de atividades executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, precedido, em regra, por meio de licitação pública.

3.4.6. Destaca-se que o objeto a ser contratado é a prestação de serviços e não a contratação de mão de obra, para a qual a Administração Pública deverá realizar concurso público, conforme o inciso II do art. 37, da Constituição Federal de 1988, motivo pelo que optou-se por incluir um dispositivo na Instrução Normativa (art. 3º) vedando a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

3.4.7. Há muitos pontos positivos decorrentes da terceirização, podendo ser citados o aumento da eficiência pela possibilidade de focar na atividade-fim, o envolvimento de pessoal próprio em atividades especializadas e a ampliação da qualidade na prestação dos serviços com menor dispêndio de recursos. Entretanto, ao terceirizar as atividades instrumentais, cumpre à Administração fiscalizar e acompanhar não apenas a execução material do serviço, mas também o cumprimento pela empresa contratada dos direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados envolvidos no referido contrato

3.4.8. A terceirização pode ser compreendida como uma técnica de gestão administrativa, em que as atividades não essenciais de uma organização são transferidas para uma empresa especializada na prestação do serviço. Na Administração Pública ocorre, dentre outros motivos, para impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, bem como em razão da busca pela eficiência e especialização de suas atividades finalísticas.

3.4.9. A contratação de uma empresa especializada para o serviço de transporte inter-hospitalar com suporte médico especializado não se configura como terceirização ilícita, pois não substitui atividades regulares ou permanentes da administração pública. Essa contratação visa atender a uma demanda específica relacionada ao transporte de pacientes com suporte avançado e básico, uma função que exige especialização técnica e operacional, muitas vezes indisponível no quadro regular da administração.

3.4.10. É importante destacar que os profissionais envolvidos, como motoristas, auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros e médicos, atuam no contexto de serviços de saúde especializados, de natureza emergencial e temporária, necessários para garantir a continuidade e a qualidade no atendimento à população.

3.4.11. A contratação de ambulâncias sem equipe especializada pode inviabilizar a efetiva prestação dos serviços, uma vez que o transporte inter-hospitalar com suporte médico adequado exige profissionais capacitados para garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes. Além disso, recorrer a servidores da própria administração pública para compor essas equipes, deslocando-os de suas funções originais, pode fragilizar outros serviços essenciais, comprometendo a qualidade e a continuidade do atendimento em outras áreas de saúde. Assim, a contratação de uma empresa que forneça tanto os veículos quanto a equipe especializada é fundamental para manter a eficiência e a integridade dos serviços prestados.

3.4.12. Adicionalmente, o serviço de transporte de pacientes com suporte médico especializado não é uma atividade fim do Estado, mas uma necessidade complementar para assegurar o bem-estar dos pacientes, reforçando a eficiência do sistema de saúde público. A contratação de empresa especializada para prestar esse tipo de serviço contribui para a adequada gestão dos recursos de saúde e atende a um princípio de eficiência, sem interferir nos quadros permanentes da administração pública.

3.4.13. Neste contexto, informamos que foi necessário acionar serviços aeromédicos em decorrência da indisponibilidade de equipes de transporte terrestre, conforme evidenciado no Ofício nº 48811/2024/SESAU-CAA (0053270538). Tal situação reforça a urgência e a necessidade da contratação de **Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes**, incluindo a disponibilização de veículos/ambulâncias de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", equipados com mão de obra especializada, para garantir o atendimento eficaz e seguro dos pacientes em transferência entre unidades de saúde.

3.4.14. No mais, o Despacho SESAUCGP (0053341759) aduz que:

Esclarecemos que no momento, de acordo com banco de dados desta Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, não há disponibilidade de pessoal na quantidade e nos cargos solicitados para atender a presente demanda ante déficit de pessoal nas

unidades de saúde mencionadas.

Por fim, acrescentamos que não há como realizarmos, a princípio, novo processo seletivo para contratação temporária ante vigência do Decreto nº. 29.321, de 25 de julho de 2024, que instituiu o Contingenciamento de Gastos devido a frustração de receitas.

3.4.15. Portanto, trata-se de uma medida legítima e amparada pela legislação, destinada a atender demandas específicas e excepcionais, sem configurar terceirização ilícita.

3.4.16. A decisão de agrupar o serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes com a disponibilização de mão de obra especializada (técnico de enfermagem, enfermeiro e médico), é importante considerar alguns aspectos fundamentais para a qualidade e segurança do serviço. A prestação de serviços de transporte inter-hospitalar de pacientes, especialmente em ambulâncias de suporte avançado, requer não apenas veículos adequados, mas também uma equipe técnica capacitada que possa garantir o atendimento necessário durante o transporte, incluindo o manejo de situações emergenciais.

3.4.17. **Motivos para o agrupamento do serviço:**

a) **Segurança e qualidade no atendimento:** Durante o transporte de pacientes entre unidades hospitalares, a presença de profissionais de saúde qualificados é essencial para garantir um atendimento imediato e contínuo. A equipe de saúde, composta por técnico de enfermagem, enfermeiro e médico, está preparada para lidar com situações de urgência, realizar intervenções necessárias e assegurar a estabilização do paciente até sua chegada ao destino. A dissociação desses serviços poderia comprometer a qualidade e a agilidade no atendimento.

b) **Integração entre transporte e assistência médica:** A prestação de um serviço integrado, que inclua tanto o transporte quanto a mão de obra especializada, permite um melhor planejamento e execução, uma vez que a empresa contratada será responsável pela coordenação entre os profissionais de saúde e o serviço de transporte. Isso evita possíveis falhas de comunicação ou de organização que poderiam ocorrer se o transporte e a equipe médica fossem contratados de forma separada.

c) **Eficiência administrativa e operacional:** A contratação de um único prestador que forneça tanto os veículos quanto a mão de obra especializada pode resultar em maior eficiência administrativa, evitando a necessidade de gerir múltiplos contratos e prestadores de serviços. Isso pode reduzir a burocracia, agilizar a tomada de decisões e melhorar a eficiência no uso de recursos públicos.

d) **Compatibilidade de serviços:** Ambulâncias de suporte avançado requerem uma integração precisa entre os equipamentos disponíveis nos veículos e a equipe que os utiliza. Agrupar esses serviços em um único contrato garante que os equipamentos e as práticas médicas estejam em sintonia, evitando problemas decorrentes da falta de familiaridade entre o prestador de serviço de transporte e a equipe médica.

e) **Competitividade e ampliação da participação no certame:** Embora o agrupamento dos serviços possa inicialmente parecer uma limitação à competitividade, o objetivo é garantir que o serviço seja oferecido com a qualidade e segurança necessárias, respeitando as exigências técnicas que um transporte inter-hospitalar de suporte avançado requer. No entanto, o edital pode ser elaborado de maneira que empresas de diferentes portes, que cumpram as exigências técnicas mínimas, possam participar, fomentando a competitividade dentro do certame.

3.4.17.1. Dessa forma, o agrupamento dos serviços de transporte inter-hospitalar e de disponibilização de mão de obra médica é uma medida que visa a garantir a segurança dos pacientes e a eficiência na prestação do serviço, sem comprometer a competitividade do processo licitatório.

3.5. **MEMÓRIA DE CÁLCULO**

3.5.1. A justificativa da memória de cálculo da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte inter- hospitalar de pacientes foi baseada em uma análise detalhada do histórico de atendimentos e da insuficiência de ambulâncias nas unidades hospitalares.

3.5.2. O crescimento da demanda por serviços na área de urgência e emergência, devido ao aumento do número de acidentes e da violência urbana, além da insuficiência de ambulâncias da rede assistencial que tem contribuído para a sobrecarga nos serviços disponibilizados para o atendimento da população. A falta de ambulâncias suficientes resulta em atrasos no transporte de pacientes críticos, comprometendo a continuidade do cuidado e aumentando os riscos à saúde dos pacientes.

3.5.3. Assim, com base nos dados de insuficiência e com o objetivo de garantir que a contratação cubra plenamente a necessidade das unidades pertencente a Secretária do Estado da Saúde, foi elaborada por cada unidade a justificativa das quantidades solicitadas, conforme os dados expostos abaixo:

3.5.3.1. **Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSFG) - 0051604933**

3.5.3.1.1. Atualmente possuímos em nossa frota própria 02 ambulâncias do tipo A.

3.5.3.1.2. No quadro de servidores atualmente a Unidade dispõe de 6 motoristas, sendo 3 celetistas e 3 efetivos.

HISTÓRICO DE VIAGENS NOS ÚLTIMOS 06 MESES

Hospital Regional de São Francisco do Guaporé — HRSFG	
Mês	Quantidade de Viagens Terceirizadas

Fevereiro 2024	09 viagens
Março 2024	10 viagens
Abril 2024	10 viagens
Maio 2024	08 viagens
Junho 2024	31 viagens
Julho 2024	11 viagens

Fonte: Controles de Entradas e Saídas anexadas nos processos de certificação de notas fiscais.

3.5.3.2. **Policlínica Oswaldo Cruz (POC) - 0052185931**

3.5.3.2.1. A solicitação dos serviços de transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico Tipo "B", se faz necessário, visto que os veículos à nossa disposição, L200 Triton SLK6F47 e SLK4J87, são inadequados para transporte de pacientes, pois não dispõem de oxigênio, maca, medicações e são utilizados para finalidade administrativas, bem como a substituição aos serviços do Contrato emergencial (Contrato nº 577/2024/PGE-SESAU), sendo assim, solicitamos nova contratação de serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes.

3.5.3.3. **Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro (HB) - 0051624095**

3.5.3.3.1. Além da demanda própria do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, que contempla pacientes vindos de Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de Saúde Conveniadas (sedeadas em Porto Velho), necessitamos de atendimento na especialidade de Nefrologia realizada pela Central de Diálise - CD/HBAP.

Segundo Semestre de 2023/Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
443	551	707	561	506	542
Primeiro Semestre de 2024/Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos					
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
598	563	623	499	433	462

3.5.3.4. **Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal (HEURO) - 0051587813**

3.5.3.4.1. A fim de demonstrar a demanda, enviamos informações complementares ao que se pede com o intuito de fomentar e acrescentar ao que posteriormente se tornar necessário.

3.5.3.4.2. Para uso de informações complementares inicialmente colocamos o relatório de condições da FROTA DE AMBULÂNCIAS atualizado onde consta as condições da ambulância e seu estado mecânico e é descrito o que de fato o setor de transporte possui para atendimentos às unidades, HRC e HEURO.

FROTA DE AMBULÂNCIAS SETOR DE TRANSPORTE				
VEÍCULO	KM	UTILIZAÇÃO	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÃO

Doblô /NCD2037– tipo A		Transporte de Paciente	Dado baixa	<p>Veículo em condições de uso dentro do município, mas não é seguro utiliza-lo para realizar viagens intermunicipais, necessitando de substituição devido à quilometragem elevada e valor gastos em manutenção, conforme Notificação 13 (0036726858) de 22 de março de 2023 o veículo já havia gastado R\$ 53.265,41 126,77% do seu valor venal, informando que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, os veículos em destaque (vermelho) serão BLOQUEADOS na MANUTENÇÃO e no COMBUSTÍVEL.</p>
Sprinter /NBU7362 – tipo B	---	Transporte de paciente Inclusive UTI	Dado baixa	<p>Recolhida pela SESAU-GAT, em Porto Velho desde dezembro de 2020, conforme informado será dado baixa no veículo. conforme Ofício 1071 (4881628) o veículo já havia gastado R\$ 146.349,08, 218% do seu valor venal, inviabilizando solicitar novas manutenções. Considerando a Instrução Normativa nº 001/GAB/SUGESP/2015, de 22 janeiro de 2015 que estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para a contenção de despesas a SUGESP orienta que não sejam solicitados novos orçamentos considerando os veículos que já ultrapassaram 60% do valor de mercado.</p> <p>Considerando a condição do veículo, foram solicitados esclarecimentos através do memorando 58 (0020238363), se seria</p>
				<p>dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.</p>
Montana /GAG8964 – tipo A	---	Transporte de Paciente	Dado baixa	<p>Veículo sem condições de uso necessita de substituição. Conforme informado na justificativa 0017619697, veículo já havia gastado R\$ 24.182,68, 58% do seu valor venal, fonte relatório recebido pela Gerência de Transporte SESAU.</p> <p>Considerando a Instrução Normativa nº 001/GAB/SUGESP/2015, de 22 janeiro de 2015 que estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para a contenção de despesas a SUGESP orientam a não solicitação de novos orçamentos diante dos veículos que já ultrapassaram 60% do valor de mercado. Observação: foi informado pela Gerencia de Transporte - SESAU-GAT, que será dado baixo no veículo devido o valor gasto.</p> <p>Considerando a condição do veículo foi solicitado através do memorando 58 (0020238363), se seria dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.</p>
Montana /FOI8912 – tipo A	260.297	Descaracterizada para transporte de rouparia	Ruim	<p>Veículo em condições de uso dentro do município, mas não é seguro utiliza-lo para realizar viagens intermunicipais, necessitando de substituição devido a quilometragem elevada e valores gastos em manutenção, conforme Notificação 13 (0036726858) de 22 de março de 2023 o veículo já havia gastado R\$ 41.336,94 92,86% do seu valor venal, informando que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, os veículos em destaque (vermelho) serão BLOQUEADOS na MANUTENÇÃO e no COMBUSTÍVEL.</p>

Renalt Master /NDJ6981– tipo B	---	Transporte de paciente – Inclusive UTI	Dado baixa	Recolhida pela SESAU-GAT, em Porto Velho desde Maio de 2020 e conforme informado será dado baixa no veículo. Considerando a condição do veículo foi solicitado através do memorando 58 (0020238363), se seria dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.
Renalt Master /QTF7J68 – tipo B	98.191	Transporte de paciente – Inclusive UTI	Boas condições de uso	Em uso com os devidos cuidados

3.5.3.4.3. Nas duas tabelas a seguir descrevemos de forma direta os serviços prestados por esta unidade, com a finalidade de demonstrar o quanto necessário se faz a presença das ambulâncias além daquela que pertencem ao quadro da frota oficial do setor de transporte:

TABELA 1

TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS DOS HOSPITAIS HRC E HEURO		
ANO DO LEVANTAMENTO	QUANTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS
Planilha 2022 (0051551983)	402	Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos
Planilha 2023 (0051551979)	389	Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos
Janeiro a maio de 2024 Planilha 2024 (0051551987)	116	Transporte de pacientes para Transferências consultas,/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos

TABELA 2

TRANSPORTES INTRA MUNICIPAIS DOS HOSPITAIS HRC E HEURO		
ANO DO LEVANTAMENTO	QUANTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS
2022	3.193	Translados/Transferências/Remoções/Suporte
2023	3.132	Translados/Transferências/Remoções/Suporte
Janeiro a Junho de 2024	1596	Translados/Transferências/Remoções/Suporte

3.5.3.4.4. DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS

3.5.3.4.4.1. Com base nos dados apresentados na Informação nº 2/2022/COHREC-NTRAN (0028170735), primeiramente descrevemos o quadro de recursos humanos presente no Setor de Transporte, com a finalidade de expor quanto necessário é a contratação de servidores, levando-se em conta fatores como férias e licenças médicas, somadas a uma possível aquisição e presença de novas ambulâncias, bem como informar que dos 10 (Dez) motoristas mencionados ainda tem como atribuições serviços administrativos distribuídos entre as unidades Hospital Regional de Cacoal-HRC e Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia-HEURO.

DO QUADRO DE SERVIDORES DO SETOR DE TRANSPORTE

SERVIDORES	QUADRO ATUAL DE SERVIDORES	QUANTIDADE IDEAL PARA O SETOR COM BASE NA TOTALIDADE DE SERVIÇOS	DÉFICIT DE SERVIDORES
Motorista	10	20	10

3.5.3.4.4.2. Desta forma, para formalizar nossas necessidades descrevemos a seguir os horários de atendimento do setor de transporte, visto que esta unidade realiza atendimento em momentos que divergem ao horário fixo de trabalho, realizando atendimento as intercorrências que vierem se apresentar como as necessidades urgentes de transportes de UTI e Sala vermelha e, atendimentos adversos a rotina diária do pronto Socorro HEURO.

DO ATENDIMENTO DO SETOR DE TRANSPORTE E SEUS HORÁRIOS		
CARGA HORÁRIA DE ATENDIMENTO	UNIDADES ATENDIDAS	TIPO DE SERVIÇO REALIZADO
	HEURO	
24 hrs por dia, 7 dias por semana	(Se necessário podendo atender ao HRC)	Transporte inter-hospitalar entre unidades, remoção com suporte avançado tipo UTI móvel adulto, traslado para realização de exames, consultas e procedimentos. Inclusive transportes intermunicipais.

3.5.3.5. **Hospital Regional de Buritis (HRB) - 0051543412**

3.5.3.5.1. Considerando que o Ministério Público de Buritis promoveu uma Ação Civil Pública em face do Estado de Rondônia, referente a falta de ambulância para realizar os serviços de transporte de pacientes, nº 7006994-09.2019.8.22.0021 / Processo SEI n.º 0020.064713/2020-15, sendo solicitada na ação civil a disponibilização de 03 (três) ambulâncias para o Hospital Regional de Buritis, sendo pelo menos uma tipo D. Considerando que do pedido de tutela provisória de urgência ajuizada pelo MP resultou na Decisão Exarada Pelo Poder Judiciário determinando que:

3.5.3.5.2. “Logo, a concessão da tutela de urgência é medida necessária à efetivação do exigível para mínimo atendimento digno das pessoas que se valem do atendimento público de saúde neste município. Ademais, o tempo de espera pela efetiva entrega da tutela jurisdicional representa ameaça à utilidade que se espera do processo. Isso posto, concedo a tutela de urgência pretendida, razão pela qual determino que o ESTADO DE RONDÔNIA, providenciem o seguinte: a) No prazo máximo de 10 dias, coloque a disposição da população municipal 03 (três ambulâncias) sendo uma tipo D, destinadas a realizar a remoção de pacientes a centros de especialidades médicas”

3.5.3.5.3. Vale destacar que o Estado interpôs agravo contra a decisão preliminar, resultando na decisão do Poder Judiciário (0011125714), determinando que:

3.5.3.5.4. "Ante o exposto, face aos argumentos acima salientados, liminarmente, concedo parcialmente o pedido, para determinar que o agravante mantenha as duas ambulâncias que já estão à disposição, bem como disponibilize mais uma ambulância ao município de Buritis, mantendo ao menos uma tipo D, no prazo máximo de 90 (noventa) dias."

3.5.3.5.5. Posteriormente, na data de 30/01/2024, sendo proferida a Sentença:

3.5.3.5.6. "Efetuado o devido cotejo dos autos, notadamente os documentos inseridos nos IDs. 98954542 a 98954546, verifica-se que a liminar proferida pelo Estado de Rondônia foi cumprida pelo requerido, haja vista que atualmente há 03 (três) ambulâncias em funcionamento, que consegue atender perfeitamente a população da região e a demanda de transporte de pacientes."

3.5.3.5.7. Memória de cálculo para execução do serviço, considerando informações relativas aos registros de demandas (transporte/remoção de pacientes):

3.5.3.5.8. Segue tabela com o quantitativo de viagens realizadas e pacientes transferidos nos últimos 12 meses:

AGOSTO 2023
29 (vinte e nove) transferências de pacientes; sendo transferidos 20 (vinte) pacientes para a capital Porto Velho e 09 (nove) pacientes ao município de Ariquemes.
SETEMBRO 2023
64 (sessenta e quatro) transferências de pacientes; sendo transferidos 48 (quarenta e oito) pacientes para a capital Porto Velho e 16 (dezesesseis) pacientes ao município de Ariquemes.

OUTUBRO 2023
63 (sessenta e três) transferências de pacientes; sendo transferidos 49 (quarenta e nove) pacientes para a capital Porto Velho e 14 (quatorze) pacientes ao município de Ariquemes.
NOVEMBRO 2023
61 (sessenta e um) transferências de pacientes; sendo transferidos 45 (quarenta e cinco) pacientes para a capital Porto Velho e 16 (dezesesseis) pacientes ao município de Ariquemes.
DEZEMBRO 2023
53 (cinquenta e três) transferências de pacientes; sendo transferidos 40 (quarenta) pacientes para a capital Porto Velho e 13 (treze) pacientes ao município de Ariquemes.
JANEIRO 2024
37 (trinta e sete) transferências de pacientes; sendo transferidos 25 (vinte e cinco) pacientes para a capital Porto Velho e 12 (doze) pacientes ao município de Ariquemes.
FEVEREIRO 2024
57 (cinquenta e sete) transferências de pacientes; sendo transferidos 36 (trinta e seis) pacientes para a capital Porto Velho e 21 (vinte e um) pacientes ao município de Ariquemes
MARÇO 2024
69 (sessenta e nove) transferências de pacientes; sendo transferidos 45 (quarenta e cinco) pacientes para a capital Porto Velho e 24 (vinte e quatro) pacientes ao município de Ariquemes.
ABRIL 2024
88 (oitenta e oito) transferências de pacientes; sendo transferidos 41 (quarenta e um) pacientes para a capital Porto Velho e 47 (quarenta e sete) pacientes ao município de Ariquemes.
MAIO 2024
48 (quarenta e oito) transferências de pacientes; sendo transferidos 28 (vinte e oito) pacientes para a capital Porto Velho e 20 (vinte) pacientes ao município de Ariquemes.
JUNHO 2024
53 (cinquenta e três) transferências de pacientes; sendo transferidos 38 (trinta e oito) pacientes para a capital Porto Velho e 15 (quinze) pacientes ao município de Ariquemes.
JULHO 2024

60 (sessenta) pacientes transferidos;

Sendo transferidos 49 (quarenta e nove) pacientes para a capital Porto Velho e 11 (onze) pacientes para o município de Ariquemes.

3.5.3.5.9. Considerando que nos últimos 12 meses foram transferidos 682 usuários, com o traslado médio de 56,8 pacientes/mês, correspondendo a 1,89 pacientes diários.

3.5.3.5.10. Considerando que a carência da unidade resulta do tempo médio de transporte do paciente para unidade de Referência, ou seja, ficando dependente da especialidade requerida para o paciente e da distância a ser percorrida até a unidade hospitalar, exemplificando: considerando que uma ambulância tem a capacidade para transportar 01 (um) paciente por traslado e que a viagem a Ariquemes (ida e volta) dura em torno de 06 (seis) horas e a Porto Velho (ida e volta) dura em torno de 12 (doze) horas, logo, quando está disponível apenas uma ambulância e o traslado é para Capital o hospital passa a metade do tempo funcional sem veículo para realizar remoção de pacientes, considerando que a demanda não é regular, padronizada, intercalada, podendo surgir vários casos graves que requerem emergência ou urgência, como: vítimas de acidentes, armas de fogo, pacientes cardíacos além de qualquer outro tipo de sinistro que possa ocorrer na região, elevando num curto espaço de tempo a demanda por atendimento especializado para unidades de referências. Considerando também a ausência de médicos especialistas diariamente no plantão, como cirurgião, obstetra e ortopedista, contribuindo para o aumento de pacientes a serem transferidos.

3.5.3.5.11. Especificação detalhada do tipo de ambulância necessária para o serviço:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE TRABALHO	QUANT.
------	--------------------------	------------------	----------------------	--------

01	<p>Ambulância TIPO B – Ambulância de Suporte Básico- veículo destinado ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino, com disponibilização de mão de obra especializada, equipe devendo ser composta por (motorista/socorrista e técnico de enfermagem).</p> <p>O veículo deverá estar em conformidade com às normas da ABNT - NBR14561/2000 e Portaria nº 2048/2002:</p> <p>Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio- comunicação fixo e móvel; maca articulada e com rodas; suporte para soro; instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída; oxigênio com régua tripla (a-alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi); manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação; cilindro de oxigênio portátil com válvula; maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos; maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas cirúrgicas e gazes estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais; colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores; coletes refletivos para a tripulação; lanterna de mão; óculos, máscaras e aventais de proteção e malas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.</p>	Serviços 24h (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.	<p>Transporte/Transferência /Remoção e Admissão inter- hospitalar de pacientes:</p> <p>Internados ou já regulados no Hospital Regional de Buritis para Hospitais de referência em Ariquemes (distância 125 km) e Porto Velho (distância 325 km), e/ou retorno de pacientes ao HRB e/ou unidades no município para realização de exames.</p>	02
	<p>Ambulância TIPO D suporte Avançado UTI móvel</p> <p>- Ambulância de Suporte Avançado: veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, com disponibilização de mão de obra especializada, equipe devendo ser composta por (motorista/socorrista e enfermeiro). Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.</p> <p>O veículo deverá estar em conformidade com às normas da ABNT - NBR14561/2000 e Portaria nº 2048/2002:</p> <p>Sinalizador óptico e acústico; equipamento de rádio- comunicação fixo e móvel; maca</p>			

02	<p>com rodas e articulada; dois suportes de soro; cadeira de rodas dobrável; instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas); respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo); bomba de infusão com bateria e equipo; maleta de vias aéreas contendo: máscaras laringeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos; cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas; cateteres nasais; seringa de 20ml; ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório; sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos; luvas de procedimentos; máscara para ressuscitador adulto/infantil; lidocaína geléia e “spray”; cadarços para fixação de cânula; laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas; estetoscópio; esfigmomanômetro adulto/infantil; cânulas orofaríngeas adulto/infantil; fios-guia para intubação; pinça de Magyll; bisturi descartável; cânulas para traqueostomia; material para cricotiroidostomia; conjunto de drenagem torácica; maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço; luvas estéreis; recipiente de algodão com anti-séptico; pacotes de gaze estéril; esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea; garrote; equipos de macro e microgotas; cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil; tesoura, pinça de Kocher; cortadores de soro; lâminas de bisturi; seringas de vários tamanhos; torneiras de 3 vias; equipo de infusão de 3 vias; frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia; maleta de parto como descrito nos itens anteriores; sondas vesicais; coletores de urina; protetores para eviscerados ou queimados; espátulas de madeira; sondas nasogástricas; eletrodos descartáveis; equipos para drogas fotossensíveis; equipo para bombas de infusão; circuito de respirador estéril de reserva; equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais; cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo; campo cirúrgico fenestrado; almotolias com anti-séptico; conjunto de colares cervicais; prancha longa para imobilização da coluna. Para o atendimento a neonatos deverá haver pelo menos uma Incubadora de transporte de recém-nascido com bateria e ligação à tomada do veículo (12 volts). A incubadora deve estar apoiada sobre carros com rodas devidamente fixadas quando dentro da ambulância e conter respirador e equipamentos adequados para recém natos.</p>	Serviços 24 H (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.	<p>Hospital Regional de Buritis - HRB</p> <p>Transporte/Transferência /Remoção e Admissão inter- hospitalar de pacientes:</p> <p>Internados ou já regulados no Hospital Regional de Buritis para Hospitais de referência em Ariquemes (distância 125 km) e Porto Velho (distância 325 km).</p>	01
----	--	---	--	----

3.5.3.5.12. Regulamentação: normas, portarias e resoluções de execução dos serviços:

3.5.3.5.13. Normas ABNT - NBR 14.561/2000 - Regulamenta os veículos utilizados para remoção de pacientes. Portaria MS nº 2048/2002- Regulamento transporte inter-hospitalar.

3.5.3.5.14. Resolução COFEN nº 376/2011 (atualizado Nº 588/2018) e Lei Federal nº 7.498/86 - dispõe da assistência de enfermagem no transporte de pacientes e Regulamento do exercício da enfermagem.

3.5.3.5.15. Resolução CFM nº 1.672/2003 e 1.671/2003 - Dispõe sobre o transporte inter-hospitalar de pacientes e dá outras providências e a regulamentação do atendimento pré-hospitalar.

3.5.3.5.16. Lei Estadual 1.392 de 15/09/2004 - Dispõe sobre a locação de veículos que prestam serviços para o Estado de Rondônia.

3.5.3.5.17. Quadro de servidores da unidade:

3.5.3.5.18. Em relação aos profissionais a serem contratados para o serviço de transporte hospitalar esclarecemos que a unidade não possui servidores suficientes no quadro para suprir a escala de transporte, pelos seguintes motivos:

3.5.3.5.19. Motoristas: a unidade possui 06 (seis) motoristas no quadro, sendo 04 (quatro) efetivos e 02 (dois) emergenciais para utilização dos veículos utilitários, informamos que os servidores são responsáveis pela condução somente dos veículos próprios da unidade.

3.5.3.5.20. Técnicos em enfermagem: a unidade possui 59 (cinquenta e nove) servidores no quadro, sendo 40 (quarenta) estatutários e 19 (dezenove) emergenciais, quantitativo atual não supri a demanda dos setores assistenciais, sendo insuficiente para compor uma escala de transporte.

3.5.3.5.21. Enfermeiros: a unidade possui 23 (vinte e três) enfermeiros no quadro, sendo 12 (doze) estatutários e 11 (onze) emergenciais, quantitativo atual não supri a demanda dos setores assistenciais, sendo insuficiente para compor uma escala de transporte.

3.5.3.5.22. Médicos: a unidade possui 11 (onze) médicos clínicos gerais no quadro, sendo 02 (dois) estatutários e 09 (nove) emergenciais, quantitativo atual não supri a demanda da escala médica, sendo insuficiente para compor uma escala de transporte.

3.5.3.5.23. Cabe salientar que, os profissionais emergenciais técnicos em enfermagem, enfermeiros e médicos possuem contratos de validade de 12 (doze) meses podendo ter seu contrato prorrogado por igual período, considerando que o contrato dos serviços terceirizados de transporte terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até por 60 (sessenta) meses, superior ao prazo que os profissionais permanecerão na unidade, ademais, considerando os trâmites licitatórios e todos os demais procedimentos e ritos que um processo administrativo requer, poderá no ato da prestação/realização dos serviços inexistir tais quantitativos de profissionais na unidade, por estes motivos, informo que não existe possibilidade em contar com os profissionais assistenciais ou disponibilizá-los para a prestação do serviço na ambulância, tendo em vista o déficit usual do quadro no Hospital Regional de Buritis.

3.5.3.6. **Hospital Regional de Cacoal (HRC) - 0051551667**

3.5.3.6.1. A fim de demonstrar a demanda, enviamos informações complementares ao que se pede com o intuito de fomentar e acrescentar ao que posteriormente se tornar necessário.

3.5.3.6.2. Para uso de informações complementares inicialmente colocamos o relatório de condições da FROTA DE AMBULÂNCIAS atualizado onde consta as condições da ambulância e seu estado mecânico e é descrito o que de fato o setor de transporte possui para atendimentos as unidades, HRC e HEURO.

FROTA DE AMBULÂNCIAS SETOR DE TRANSPORTE				
VEÍCULO	KM	UTILIZAÇÃO	CONDIÇÕES	OBSERVAÇÃO
Doblô /NCD2037– tipo A		Transporte de Paciente	Dado baixa	Veículo em condições de uso dentro do município, mas não é seguro utiliza-lo para realizar viagens intermunicipais, necessitando de substituição devido à quilometragem elevada e valor gastos em manutenção, conforme Notificação 13 (0036726858) de 22 de março de 2023 o veículo já havia gastado R\$ 53.265,41 126,77% do seu valor venal, informando que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, os veículos em destaque (vermelho) serão BLOQUEADOS na MANUTENÇÃO e no COMBUSTÍVEL.

Sprinter /NBU7362 – tipo B	---	Transporte de paciente Inclusive UTI	Dado baixa	<p>Recolhida pela SESAU-GAT, em Porto Velho desde dezembro de 2020, conforme informado será dado baixa no veículo. conforme Ofício 1071 (4881628) o veículo já havia gastado R\$ 146.349,08, 218% do seu valor venal, inviabilizando solicitar novas manutenções. Considerando a Instrução Normativa nº 001/GAB/SUGESP/2015, de 22 janeiro de 2015 que estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para a contenção de despesas a SUGESP orienta que não sejam solicitados novos orçamentos considerando os veículos que já ultrapassaram 60% do valor de mercado.</p> <p>Considerando a condição do veículo, foram solicitados esclarecimentos através do memorando 58 (0020238363), se seria dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.</p>
Montana /GAG8964 – tipo A	---	Transporte de Paciente	Dado baixa	<p>Veículo sem condições de uso necessita de substituição. Conforme informado na justificativa 0017619697, veículo já havia gastado R\$ 24.182,68, 58% do seu valor venal, fonte relatório recebido pela Gerência de Transporte SESAU. Considerando a Instrução Normativa nº 001/GAB/SUGESP/2015, de 22 janeiro de 2015 que estabelece as medidas administrativas, regras e prazos para a contenção de despesas a SUGESP orientam a não solicitação de novos orçamentos diante dos veículos que já ultrapassaram 60% do valor de mercado.</p> <p>Observação: foi informado pela Gerencia de Transporte - SESAU-GAT, que será dado baixo no veículo devido o valor gasto. Considerando a condição do veículo foi solicitado através do memorando 58 (0020238363), se seria dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.</p>
Montana /FOI8912 – tipo A	260.297	Descaracterizada para transporte de rouparia	Ruim	<p>Veículo em condições de uso dentro do município, mas não é seguro utiliza-lo para realizar viagens intermunicipais, necessitando de substituição devido a quilometragem elevada e valores gastos em manutenção, conforme Notificação 13 (0036726858) de 22 de março de 2023 o veículo já havia gastado R\$ 41.336,94 92,86% do seu valor venal, informando que num prazo de 120 (cento e vinte) dias, os veículos em destaque (vermelho) serão BLOQUEADOS na MANUTENÇÃO e no COMBUSTÍVEL.</p>
Renalt Master /NDJ6981– tipo B	---	Transporte de paciente – Inclusive UTI	Dado baixa	<p>Recolhida pela SESAU-GAT, em Porto Velho desde Maio de 2020 e conforme informado será dado baixa no veículo.</p> <p>Considerando a condição do veículo foi solicitado através do memorando 58 (0020238363), se seria dado baixa no veículo, e conforme o Despacho SESAU-GAT (0020266374), será dado baixa patrimonial e será encaminhado, em tempo oportuno, para leilão, em função de serem anti econômicos ou inservíveis.</p>

Renalt Master /QTF7J68 – tipo B	98.191	Transporte de paciente – Inclusive UTI	Boas condições de uso	Em uso com os devidos cuidados
---------------------------------	--------	--	-----------------------	--------------------------------

3.5.3.6.3. Nas duas tabelas a seguir descrevemos de forma direta os serviços prestados por esta unidade, com a finalidade de demonstrarmos o quanto necessário se faz a presença das ambulâncias além daquela que pertencem ao quadro da frota oficial do setor de transporte:

TABELA 1

TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS DOS HOSPITAIS HRC E HEURO		
ANO DO LEVANTAMENTO	QUANTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS
Planilha 2022 (0051551983)	402	Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos
Planilha 2023 (0051551979)	389	Translados/Transferências/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos
Janeiro a maio de 2024 Planilha 2024 (0051551987)	116	Transporte de pacientes para Transferências consultas,/Suporte para realização de exames, consultas e procedimentos

TABELA 2

TRANSPORTES INTRA MUNICIPAIS DOS HOSPITAIS HRC E HEURO		
ANO DO LEVANTAMENTO	QUANTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS
2022	3.193	Translados/Transferências/Remoções/Suporte
2023	3.132	Translados/Transferências/Remoções/Suporte
Janeiro a Junho de 2024	1596	Translados/Transferências/Remoções/Suporte

3.5.3.6.4. DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS

3.5.3.6.4.1. Com base nos dados apresentados na Informação nº 2/2022/COHREC-NTRAN (0028170735), primeiramente descrevemos o quadro de recursos humanos presente no Setor de Transporte, com a finalidade de expor quanto necessário é a contratação de servidores, levando-se em conta fatores como férias e licenças médicas, somadas a uma possível aquisição e presença de novas ambulâncias, bem como informar que dos 10 (Dez) motoristas mencionados ainda tem como atribuições serviços administrativos distribuídos entre as unidades Hospital Regional de Cacoal-HRC e Hospital de Emergência e Urgência de Rondônia-HEURO.

DO QUADRO DE SERVIDORES DO SETOR DE TRANSPORTE			
SERVIDORES	QUADRO ATUAL DE SERVIDORES	QUANTIDADE IDEAL PARA O SETOR COM BASE NA TOTALIDADE DE SERVIÇOS	DÉFICIT DE SERVIDORES
Motorista	10	20	10

3.5.3.6.4.2. Desta forma, para formalizar nossas necessidades descrevemos a seguir os horários de atendimento do setor de transporte, visto que esta unidade realiza atendimento em momentos que divergem ao horário fixo de trabalho, realizando atendimento as intercorrências que vierem se apresentar como as necessidades urgentes de transportes de UTI e Sala vermelha e, atendimentos adversos a rotina diária do pronto Socorro HEURO.

DO ATENDIMENTO DO SETOR DE TRANSPORTE E SEUS HORÁRIOS		
CARGA HORÁRIA DE ATENDIMENTO	UNIDADES ATENDIDAS	TIPO DE SERVIÇO REALIZADO
	HRC	
24 hrs por dia, 7 dias por semana	(Se necessário podendo atender ao HEURO)	Transporte inter-hospitalar entre unidades, remoção com suporte avançado tipo UTI móvel adulto, traslado para realização de exames, consultas e procedimentos. Inclusive transportes intermunicipais.

3.5.3.7. Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia (CEMETRON) - 0044508829

3.5.3.7.1. A memória de cálculo para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia - CEMETRON, é baseada na própria justificativa de necessidade, em virtude da existência de leitos clínicos, como também leitos de UTI.

3.5.3.7.2. As ambulâncias disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista, um técnico de enfermagem, um enfermeiro e/ou um médico devidamente habilitados, de acordo com o estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja:

- Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional.
- Técnico de Enfermagem e Enfermeiro inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar.
- Médico: Profissional de nível superior titular de Diploma de Médico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar.

3.5.3.7.3. Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA.

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função. Carga Horária: 24 horas/dia (7 dias por semana) Profissionais: 01 motorista/socorrista e 01 técnico de enfermagem.	Serviços	01 Ambulância de Suporte Básico TIPO "B"
02	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função. Carga Horária: 24 horas/dia (7 dias por semana) Profissionais: 01 motorista/socorrista, 01 Médico e 01 enfermeiro.	Serviços	01 Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D"

3.5.3.8. Hospital e Pronto Socorro João Paulo II (JP II) e Assistência Médica Intensiva (AMI) - 0051591475

3.5.3.8.1. Conforme os levantamentos realizados através dos relatórios de transportes diários, analisados pelo Núcleo de Contratos desta unidade hospitalar, comprovam a necessidade de locação de ambulâncias, visando atender ao Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II e Assistência Médica Intensiva - AMI:

Mês / Ano	Viagens Realizadas HEPSJPII	Viagens Realizadas AMI
Julho/24	1.083	162
Junho/24	366	89
Maior/24	1.121	96

Abril/24	1.127	85
Março/24	1.023	70
Fevereiro/24	1.146	62
Total	5.866	564
Média Mensal	978	94

Fonte: JPPII-NC - SEI nº 0051676611

3.5.3.9. **Serviço de Atendimento Multidisciplinar Domiciliar (SAMD) - 0051612905**

3.5.3.9.1. A fim de demonstrar a demanda, abaixo informações complementares no que se refere ao histórico dos veículos atuais, bem como o volume de demandas atendidas pelo serviço.

3.5.3.9.2. O Serviço contava com uma ambulância marca Fiat, modelo Fiorino 2020, placa RIQ2J20, que possuía ar condicionado e atualmente encontrava-se com uma quilometragem aproximadamente de 50.000km/rodados. Considerando a demanda do serviço e perfil dos pacientes atendidos, verifica-se que o modelo de veículo atual não atendia a demanda integral no que se refere a volume, bem como as características do veículo, que possui tamanho inferior ao necessário, já que os pacientes em sua maioria são acamados e necessitam de transporte em maca, reforça-se ainda a dificuldade em prestar assistência durante as intercorrências, já que não dispõe de espaço para atuação do profissional que acompanha o paciente. O veículo em destaque seguiu para manutenção conforme processo Administrativo SEI Nº 0050.007339/2024-27. Desde então o Serviço de Assistência Multiprofissional Domiciliar tem sido atendida através do Termo de Contrato nº 583/2024/PGE-SESAU (0049170232).

3.5.3.9.3. Para definição do quantitativo fora considerado a quantidade de transportes realizados no ano 2023, onde verifica-se que o setor de regulação agendou um total de 824 (Oitocentos e vinte e quatro) atendimentos, entre exames, consultas especializadas e procedimentos cirúrgicos. Destaca-se que a maior parte dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) possuem restrição ao leito necessitando de transporte em veículo tipo ambulância. Desta forma verifica-se que uma ambulância com técnico em enfermagem atende a demanda do Serviço de Assistência Multiprofissional, vez que realiza uma média de 2 transporte/dia, conforme descrito abaixo:

Procedimentos Regulados 2023 - SAMD		
Total de Procedimentos Regulados	Total de Transportes realizados	Média Remoções/dia
824	487	2,03

*Considerado atendimentos de segunda à sexta-feira.

3.5.3.9.4. Destacamos que os atendimentos são agendados conforme possibilidade de transporte, sendo considerado o intervalo de tempo entre um atendimento e outro, já que há necessidade de aguardar o atendimento na unidade de saúde onde o procedimento foi realizado e deslocar até o domicílio para deixar o usuário. O fluxo seria: Retirar paciente domicílio Deslocar até local procedimento Aguardar atendimento/Acompanhar paciente Devolver ao domicílio. Destacamos ainda que o SAMD atua em todo o município de Porto Velho e por vezes há necessidade de deslocamos de um extremo a outro da capital.

3.5.3.10. **Hospital Regional de Extrema (HRE) - 0051670405**

3.5.3.10.1. A solicitação de duas ambulância tipo "b", baseia pela necessidade de uma para substituir o Contrato nº 577/2024 emergencial, outra em substituição do contrato nº 380/SESAU/PGE/2019 que encerra em 25/09/2025, desta forma pela necessidade do Hospital e pelo motivo do contrato emergencial e pelo fato do encerramento do contrato licitatório, solicitamos contratação de duas ambulância tipo B.

3.5.3.10.2. Em relação a solicitação da ambulância tipo D, informo pela necessidade do Hospital Regional de Extrema, esta realizando o transporte de paciente em estado grave ou crítico, e tendo em vista que este HRE, possui um veículo da frota Oficial tipo D, e levando em quanto que as regulação do paciente são realizado para a cidade de Porto Velho com distancia aproximadamente de 350 Km de distancia totalizando 700 Km ida e volta, desta forma dando aproximadamente 10 horas a 12 horas de viagem. Desta forma pela demanda do Hospital Regional de Extrema, justificamos a necessidade de contratação.

3.5.3.11. **Hospital de Retaguarda de Rondônia (HRRO) - 0051521020**

3.5.3.11.1. O cálculo do quantitativo foi baseado nas transferências e internações deste nosocômio no período de **agosto de 2023 a Julho de 2024**, considere os seguintes dados da Estatística Hospitalar, conforme Censo do Núcleo Interno de Regulação - NIR (0051568488):

ESTATÍSTICA HOSPITALAR

QUANTITATIVO MÉDIO	Leitos	Internações /Dia	Exames Laboratoriais e Ambulatoriais/Dia	Transferências /Dia	Procedimentos /Dia
	117	13	5	3	13

3.5.3.12. Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD) - 0052088722

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	Unidade	Qtd. Diário	Memória de Cálculo
1	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo /Ambulância de Suporte Básico Tipo "B" e Mão-de-obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD. Com os profissionais: motorista/socorrista e técnico de enfermagem. OBS: A quantidade de cada profissional que irá compor a equipe, será conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002.	24 horas /dia (7 dias por semana)	2	O quantitativo de viaturas solicitado, visa suprir de forma complementar a equipe de transporte inter- hospitalar tendo em vista o déficit de atendimento deste tipo de Serviço, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" com o intuito de continuidade e melhor atendimento ao paciente do Sistema Único de Saúde - SUS. Importante salientar que o Hospital infantil Cosme e Damião - HICD dispõe de uma ambulância Tipo "D" e ainda CONTRATO Nº 1002/SESAU/PGE /2022 vigente referente a contratação de empresa especializada em serviços de transporte inter- hospitalar terrestre de pacientes, com remoção através de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" adulto com motorista/socorrista e Técnico de Enfermagem para atender nos limites do município de Porto Velho, conforme as necessidades do Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, o qual no momento não atende as expectativas em virtude do tipo de veículo contratualizado.
2	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo /Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD. Com os profissionais: motorista/socorrista, enfermeiro e médico. OBS: A quantidade de cada profissional que irá compor a equipe, será conforme a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002.	24 horas /dia (7 dias por semana)	1	Destarte, justifica-se o quantitativo de veículos solicitado de forma complementar.

3.5.3.12.1. Considerando o exposta na tabela acima, há a necessidade da contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) em formato Central de atendimento 24 horas.

3.5.3.12.2. DOS CUSTOS DE OXIGÊNIO E AR MEDICINAL

3.5.3.12.2.1. Quanto ao dimensionamento do consumo de oxigênio e ar comprimido, utilizou-se o cilindro de 3,5 m³ para estimar o consumo mensal por veículo/ambulância, tanto para o Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) quanto para o Suporte Básico Tipo "B". Esses valores foram definidos com base no Despacho nº 0055704184, fornecido pelo Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, que apresenta as estimativas de consumo para o período de 01/01/2024 a 11/12/2024.

3.5.3.12.2.2. Além disso, para a definição do valor do m³, utilizou-se como referência o Termo de Contrato nº 289/2024/PGE-SESAU (0046876968), referente ao processo licitatório nº 0036.023091/2022-68, que estabelece o valor do m³ conforme o detalhamento abaixo:

OXIGÊNIO GASOSO: R\$ 27,66/m³

OXIGÊNIO LÍQUIDO: R\$ 15,00/m³

AR COMPRIMIDO MEDICINAL: R\$ 34,79/m³

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional:

"Art. 196 da CRFB - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (g.n.)

4.2. Observe que a Constituição institui no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa, todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária, conforme determinado no artigo 23, II, da CRFB/88.

4.3. Como os recursos do Estado são finitos e os pleitos infinitos, há a necessidade da concretização do direito à saúde ocorrer por meio de Políticas Públicas. Assim, o Estado tem o dever de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Compete ao poder público a obrigação de prestar assistência à saúde, cabendo à União prover o tratamento e, aos entes federados, estados e municípios, arcar com as despesas de tratamento de alto custo, inclusive às relativas à estada, transporte e alimentação, tanto ao paciente quanto à de seu acompanhante, em decorrência de tratamento fora do domicílio.

4.4. O objeto deste termo de referência, Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico **Tipo “B”** e de Suporte Avançado **Tipo “D”** (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada, origina-se pela necessidade das Unidades de Saúde Hospitalares: em adequar sua oferta de serviço de transporte de pacientes à demanda real existente nestas unidades hospitalares.

4.5. DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA

4.5.1. Cumpre destacar a existência do estudo de Viabilidade Técnica/Econômica entre Autogestão, execução direta pela SESAU, versus Terceirização, execução por empresas terceirizadas, para o serviços de Ambulâncias de Remoção e UTI realizado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV id. **0045845711**, por intermédio de seu Instituto Brasileiro de Economia-IBRE; que teve como propósito apresentar uma análise da viabilidade entre as execuções direta (autogestão) e indireta (terceirização) para os serviços de transporte mediante locação de ambulâncias e UTI.

4.5.2. Tal estudo visa exclusivamente instrumentaliza a equipe da SESAU-RO para que esta possa analisar e decidir qual opção será a mais vantajosa para o Estado.

4.5.3. O referido estudo destaca as vantagens e desvantagens deste ato, citamos:

*[...] a terceirização proporciona benefícios significativos para o órgão ou entidade no qual é implementado. Entre as principais **vantagens** do modelo de terceirização, tem-se:*

Aumento da produtividade: a terceirização de determinadas atividades na Administração Pública permite que o ente estatal possa se dedicar com maior afinco às atividades que são específicas dele, além de servir como um instrumento capaz de solucionar, ainda que temporariamente, a falta de pessoal no serviço público muitas vezes provocada pela demora, em algumas situações de forma excessiva, na realização de concurso público para contratação de novos servidores. Essa demora, segundo a literatura, é decorrente do contingenciamento de verbas por parte do governo estadual ou federal, tendo como consequência mais visível a perda da qualidade do serviço público prestado, por falta de pessoal para executar as atividades inerentes à função pública;

Redução de custos: ao transferir determinada atividade para a iniciativa privada, a entidade pública altera a sua estrutura de custos, ou seja, o que antes era custo fixo passa a ser custo variável. Ademais, a terceirização desobriga o ente público a realizar investimentos em equipamentos, treinamentos e outros, o que tende a reduzir os custos de uma maneira geral;

Agilidade e flexibilidade: ao transferir determinada atividade para uma empresa especializada com know how na elaboração e na execução de protocolos na atividade conveniente, a Administração Pública tende a ter agilidade e flexibilidade na execução do serviço; e

Arrecadação de impostos e geração de empregos: a terceirização, ao gerar novas empresas, aumenta a arrecadação de impostos (municipais, estaduais e federal) e a criação de empregos na área de serviços. Desse modo, ocorre um efeito positivo no emprego e na renda da economia local.

[...]

Desvantagens da Terceirização A terceirização, como todo modelo de gestão, apresenta seus riscos para a Administração Pública, devendo estes ser levados em consideração e muito bem analisados pelo administrador público. Assim, uma vez que o processo de terceirização está sujeito a diferentes tipos de riscos, previstos e imprevistos, e que podem acarretar situações adversas para a Administração Pública, esta deve estar atenta para a realização de um processo de avaliação de riscos diante da contratação e execução do serviço de transporte de ambulância. Entre os principais riscos identificados no processo de terceirização do serviço público, pode-se destacar:

Risco de mercado: está associado à conjuntura e estrutura econômica que prevalecem no mercado de locação de

ambulâncias do Estado de Rondônia;

Risco de licitação: risco associado ao desenvolvimento do processo licitatório, incluindo desde o seu planejamento até a sua concretização;

Risco de contrato: diz respeito à prerrogativa de controlar os contratos e de adequá-los às necessidades do momento, buscando supervisionar, acompanhar e fiscalizar sua execução ou nela intervindo quando necessário; e

Risco de gestão contratual: está associado ao risco no processo de andamento do contrato, bem como após sua finalização. [...]

4.5.4. Com base no item acima, fica evidente que com a pretensa contratação, o serviço será exercido com maior agilidade e terá economia de mão de obra, veículos, manutenção, e ao erário da Administração Pública.

4.6. Definição dos Métodos de Estratégia de Suprimento:

4.6.1. A definição dos métodos e estratégias de suprimentos tomou-se por base as informações fornecidas pelas unidades hospitalares: Hospital Regional São Francisco do Guaporé-**HRSF**, Policlínica Oswaldo Cruz-**POC**, Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro-**HBAP**, Hospital Regional de Buritis-**HRB**, Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal-**HEURO**, Hospital Regional de Cacoal-**HRC**, Centro de Medicina Tropical-**CEMETRON**, Hospital e Pronto Socorro João Paulo II-**JPPII**, Hospital de Retaguarda de Rondônia-**HRRO**; Centro de Medicina Intensiva - **AMI**; Hospital Regional de Extrema - **HRE** e Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar-**SAMD**, que solicita a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes, de forma complementar, a fim de atender a demanda existente nestas unidades de saúde hospitalar.

4.6.2. Considerando a necessidade destas unidades hospitalares terem a capacidade de atendimento melhorada e ampliada, para atender a demanda existente de forma segura e eficiente, estas precisam aprimorar a qualidade e eficácia do transporte inter-hospitalar de ambulância.

4.7. A Metodologia de Cálculo baseou-se nas informações encaminhadas pelas unidades solicitantes, as quais estão colacionadas no quadro abaixo:

NECESSIDADE DE VEÍCULOS (AMBULÂNCIA) DO TIPO "B" E "D"				
UNIDADE HOSPITALAR	DOCUMENTO/ SOLICITAÇÃO DO PEDIDO	TIPO DO VEÍCULO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
				<p>Considerando que esta Unidade de Terapia Intensiva está localizada fora do hospital de origem, HPSJPPII, com distancia de mais ou menos 3 KM;</p> <p>Considerando que, esta unidade depende da locação de ambulância para realização dos transporte de pacientes nas transferências intra hospitalares e exames externos, pois todos os exames de alta complexidade são realizados fora da unidade;</p> <p>Considerando que o veiculo, disponível na unidade, já possui tempo de uso de mais de oito anos e que vem apresentando problemas mecânicos que compromete a segurança do</p>

CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA-AMI	DOD (0051591475)	Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	<p>paciente, devido a falta de condições de transporte de pacientes grave com a ambulância disponível na Unidade;</p> <p>Considerando que esta unidade, passou por reestruturação física ficando com 40 leitos UTI; Justificamos a necessidade de ambulância tipo D para atender esta unidade de terapia intensiva - AMI nas 24h 7 dias por semana; Considerando a taxa de ocupação de 90% e a rotatividade dos leitos bem como o aumento na demanda de paciente crônicos, grave, que ficaram com a assistência prejudicada, durante enfrentamento da pandemia;</p> <p>Considerando que, a unidade vive cenário de enfrentamento da pacientes da UTI Geral e não mais de pacientes acometidos pela COVID. 19;</p> <p>Desta forma, justificamos a necessidade de 01 ambulância por 24h de domingo a domingo, sete dias por semana de Ambulância TIPO D, suporte Avançado UTI móvel.</p>
CENTRO DE MEDICINA TROPICAL-CEMETRON	Documento de Oficialização de Demanda nº 5/2023/CEMETRON-DG (0044474708)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	1	<p>A memória de cálculo para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte InterHospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia - CEMETRON, é baseada na própria justificativa de necessidade, em virtude da existência de leitos clínicos, como também leitos de UTI. As ambulâncias disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista, um técnico de enfermagem, um enfermeiro e/ou um médico devidamente habilitados, de acordo com o estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja:</p> <p>a) Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional.</p> <p>b) Técnico de Enfermagem e Enfermeiro inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar. Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA</p>
		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	
HOSPITAL DE BASE DR ARY	DOD (0051624095)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	<p>Além da demanda própria do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, que contempla pacientes vindos de Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de</p>

PINHEIRO-HBAP		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	Saúde Conveniadas (sediadas em Porto Velho), necessitamos de atendimento na especialidade de Nefrologia realizada pela Central de Diálise - CD/HBAP.
HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA-HRRO	Estudo Técnico (0044679230)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	1	A estimativa do quantitativo de ambulâncias necessárias se deu com base no numero de translados ocorridos entre o período de fevereiro de 2021 a abril de 2021. Cabe esclarecer que utilizou-se de apenas 03 meses em haja vista que foram os meses maior número de internações, onde o hospital encontrava-se usando de sua capacidade máxima.
		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	
HOSPITAL DE		Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	O HEURO atualmente é responsável por atender pacientes de 34 Municípios do estado de Rondônia, pacientes que chegam na unidade com diversos tipos de traumas e patologias, com isso, a demanda se torna muito maior do que a capacidade desta unidade hospitalar, fazendo-se necessário o transporte periódico de pacientes para os Leitos de UTI localizados no hospital SAMAR e HRC, bem como o transporte de pacientes para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, para nossas unidades de Referência(HB e HRC). A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes acometidos por emergências médicas, por ser um veículo que oferece cuidados básicos e avançado durante o transporte, sendo assim fundamental para salvar vidas e garantir que o paciente receba o tratamento necessário o mais rápido possível. Considerando que as ambulâncias do TIPO "B": conceituadas como ambulâncias de suporte Básico, são veículos para transporte de pacientes com risco de vida

URGÊNCIA E EMERGENCIA REGIONAL DE CACOAL-HEURO	DOD (0051587813)	Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	<p>conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e / ou durante transporte até o serviço de destino. Em suas caracterizações técnicas, entende-se que estas devem contar com 2 profissionais (o motorista e o Técnico ou Auxiliar de Enfermagem).</p> <p>Considerando que as ambulâncias do TIPO "D": conceituadas como sendo as de suporte avançado ou UTI Móvel, veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, estas em suas definições técnicas devem contar com 3 profissionais (o motorista, o enfermeiro e o médico) levando em consideração que anteriormente o controle e fiscalização dos transportes inter-hospitalares das unidades HRC e HEURO, era realizada de forma centralizada pelo extinto COHEREC, e com a destituição deste e a reestruturação das duas Unidades, informo que será implantado no HEURO o Núcleo de Transporte, a partir das novas contratações.</p>
HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II -HEPSJPII	DOD (0051591475)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	5	<p>Além da demanda própria do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II, que contempla pacientes vindos de Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, a Unidade a ser atendida pelo Serviço, informa que o transporte dos paciente será inter-hospitalar de paciente INTERNADOS. Informo que este Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II, transporta pacientes, tanto internados e não internados, buscando-os em outras unidades para realização de exames, consultas e demais necessidade que o caso requerer, sendo assim, a melhor descrição do serviço prestado nesta unidade seria: Transporte inter-hospitalar de pacientes.</p>
		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	2	
		Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	<p>O quantitativo de viaturas solicitado, visa suprir de forma complementar a equipe de transporte inter-hospitalar tendo em vista o déficit de atendimento deste tipo de Serviço, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" com o intuito de continuidade e melhor atendimento ao paciente do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p>Importante salientar que o Hospital infantil Cosme e Damião - HICD dispõe de uma</p>

HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD	DOD (0052088722)	Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	<p>ambulância Tipo "D" e ainda CONTRATO Nº 1002/SESAU/PGE/2022 vigente referente a contratação de empresa especializada em serviços de transporte inter-hospitalar terrestre de pacientes, com remoção através de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" adulto com motorista/socorrista e Técnico de Enfermagem para atender nos limites do município de Porto Velho, conforme as necessidades do Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD, o qual no momento não atende as expectativas em virtude do tipo de veículo contratualizado.</p> <p>Destarte, justifica-se o quantitativo de veículos solicitado de forma complementar.</p>
HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS-HRB	DODE (0044139771)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	<p>A memória de cálculo para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Regional de Buritis - HRB, é baseada na própria justificativa de necessidade, em virtude da existência de leitos clínicos, como também leitos de UTI.</p> <p>As ambulâncias disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista, um técnico de enfermagem, um enfermeiro e/ou um médico devidamente habilitados, de acordo com o estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja:</p> <p>a) Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional.</p> <p>b) Técnico de Enfermagem e Enfermeiro inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar.</p> <p>c) Médico: Profissional de nível superior titular de Diploma de Médico, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição, habilitado ao exercício da medicina pré-hospitalar.</p> <p>Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA.</p>
		Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	
		Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	1	<p>O Hospital Regional de Cacoal é uma Unidade da Rede Pública Estadual, referência em atendimento de Consultas e Procedimentos Cirúrgicos Especializados para a Macrorregião II de saúde.</p> <p>Considerando que o hospital possui atendimento 24 horas por dia, com o objetivo de garantir o direito a saúde a uma população de aproximadamente 830.000 habitantes do Sistema Único de Saúde da 2ª macro região de Rondônia, que compreende 05 regiões de saúde, o que compõem um quantitativo de 34 municípios, sendo o único hospital de referência em atendimentos de</p>

HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL-HRC	DODE (0051551667)	Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	<p>Especialidades nesta localidade.</p> <p>Considerando que as ambulâncias do TIPO "B": conceituadas como ambulâncias de suporte Básico, são veículos para transporte de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e / ou durante transporte até o serviço de destino. Em suas caracterizações técnicas, entende-se que estas devem contar com 2 profissionais (o motorista e o Técnico de Enfermagem).</p> <p>Considerando que as ambulâncias do TIPO "D": conceituadas como sendo as de suporte avançado ou UTI Móvel, veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, estas em suas definições técnicas devem contar com 3 profissionais (o motorista, o enfermeiro e o médico).</p> <p>Considerando a reestruturação do COHREC, conforme consta no Memorando SESAUS-SE (0037409023), onde cada unidade responderá por seu setor de transporte e que o Hospital Regional de Cacoal não apresentará mais demanda de atendimentos de urgência, visto que não é pronto-socorro e só atende pacientes regulados.</p> <p>Considerando que em termos quantitativos, relacionado ao número de transferência/remoções, no último trimestre tem-se demonstrando sua maior demanda ao atendimento com ambulâncias do tipo B, porém, ocasionalmente tem-se a necessidade de ambulância do tipo D, visto que no HRC existem 3 UTIs adulto em funcionamento, além de uma UTI Pediátrica e UTI Neonatal em processo de implantação.</p> <p>Considerando a contratação de leitos de UTI no Hospital Samar em Ji-Parana que ocasionou um aumento nas demandas de transferências, bem como as remoções de contrareferência para o HRC e sendo estes, transportes que são realizados em ambulância do tipo "D", com tripulação composta por motorista, enfermeiro e médico, faz se necessário a contratação destes respectivos profissionais.</p>
		Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	<p>Considerando que o Hospital Regional de Extrema é referência em assistência hospitalar na Região da Ponta do Abunã, devido a distância da localidade onde esta situado sendo: Porto Velho com aproximadamente 360 km, e Rio Branco com aproximadamente 200 km, para onde são encaminhados os pacientes que necessitam de</p>

HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA-HRE	DOD (0051670405)	Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"	1	<p>atendimento especializado. Por toda via, o tempo gasto para realizar o transporte inter-hospitalar de um paciente do Hospital Regional de Extrema a uma unidade hospitalar de referência é de 8 (oito) a 12 (doze) horas aproximadamente, ainda levando em consideração a incapacidade de prever a ocorrência de uma emergência e da consequente necessidade de transferir o paciente para outra unidade de saúde hospitalar, considerando o prejuízo à vida do usuário do SUS que pode vir ocorrer devido a demora na logística de transporte inter-hospitalar do paciente encaminhado a outra unidade hospitalar. Considerando o número reduzido de veículos tipo ambulância que compõem a frota do Hospital Regional Extrema, que se limita à 01 (uma) ambulâncias "tipo D", e 02 duas ambulância Tipo B, de forma terceirizada, sendo uma em cobertura contratual, que encerrará em 25/09/2024 de acordo com o contrato nº 380/PGE/2019 e termo aditivo conforme documento 0041907662. Outra empresa através de contrato nº 469/PGE/2022, que entrou em reconhecimento de dívida em 09 de janeiro de 2023, deste modo necessitamos de modo urgente contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte básico Tipo "B" e Mão-de-obra especializada, para podemos sair do reconhecimento de dívidas até que venha a contratação por modo licitatório. Em se tratando da necessidade da ambulância "tipo D", justificamos que quando encaminhado paciente a outra unidade de referência, o hospital fica desassistido. Ressaltando que a unidade hospitalar localiza-se no eixo da BR-364, entre Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, sendo o único local de assistência neste trajeto e ainda que a região não dispõe de SAMU. Além do mais as cirurgias eletivas serão retomadas no presente mês, janeiro de 2024, considerando que o HRE, por ser uma unidade de média complexidade não dispõe de CTI (Centro de Tratamento e Terapia Intensiva) e UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Diante da justificativa supracitada, solicitamos o suporte avançado do "tipo D" e "tipo B".</p>
		Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	2	<p>É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:</p> <p>(I) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;</p> <p>(II) Integralidade de assistência em todos os</p>

<p>HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-HRSF</p>	<p>Despacho (0051604933)</p>	<p>Ambulância Suporte Avançado TIPO "D"</p>	<p>2</p>	<p>níveis de complexidade do sistema e; (III) Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população. O Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSF) é uma instituição pública de saúde financiada pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) e vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia (SESAU/RO). Está situado na cidade homônima no Vale do Guaporé e pertence a uma região de saúde composta por três municípios que conforme o Censo/2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a demografia aferida foi de 40.084 habitantes (IBGE, 2024). Localiza-se a cerca de 600 quilômetros da capital e a 300 quilômetros das maiores cidades do estado que margeiam a Rodovia BR 364.</p> <p>A população atendida é multiétnica e está distribuída em um espaço geográfico de 19.720 km². Além de atender a cidadãos brasileiros oriundos de outras localidades, comunidades quilombolas e de povos originários que dependam dos serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a instituição também presta assistência hospitalar às províncias situadas no departamento boliviano de Bení, como, por exemplo: Iténez, Pando e Riberalta, dentre outros povoados que acabam buscando e tendo suas demandas absorvidas pelo HRSF devido estarem em local de difícil acesso e longe dos serviços de saúde bolivianos. (Relatório Anual de Gestão, 2024). A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes acometidos por emergências médicas, por ser um veículo que oferece cuidados básicos e avançado durante o transporte, sendo assim fundamental para salvar vidas e garantir que o paciente receba o tratamento necessário o mais rápido possível. Atualmente não possuímos ambulâncias próprias em quantidade suficiente para atender a demanda, e a que temos está com sua vida útil avançada. E trata-se de um bem de baixa durabilidade devido ao alto fluxo de utilização. Outra grande problemática é a escassez de médicos clínicos gerais e especialistas, que impacta em um imenso transtorno quando da necessidade de remoção de paciente para outra instituição de saúde. A insuficiência de médicos deixa o HRSF desassistido diversas vezes e isso pode comprometer a vida dos usuários que buscam o pronto-socorro diante de quadros que demandam emergência e ameaçam a continuidade de suas vidas, uma vez que se faz necessária a presença do médico durante todo o trajeto de viagem. Pelo exposto justifica-se a necessidade no aumento do quantitativo de veículos/ambulância a serem contratadas de forma terceirizada para podermos prestar toda assistência necessária aos pacientes que aqui chegam precisando de remoção.</p>
--	------------------------------	---	----------	---

POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ-POC	Despacho (0040369571)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	1	A contratação do objeto descrito nunca ocorreu na Unidade, tomando por base o quantitativo somente com a anterior aquisição de uma ambulância (inutilizável atualmente conforme descrito 0035363958 / 0035366184) que supria a necessidade da Policlínica Oswaldo Cruz.
SERVIÇO ASSISTENCIAL MULTIDISCIPLINAR E DOMICIAR-SAMD	DODE (0051612905)	Ambulância Suporte Básico TIPO "B"	1	A fim de demonstrar a demanda, abaixo informações complementares no que se refere ao histórico dos veículos atuais, bem como o volume de demandas a atendidas pelo serviço. No momento contamos com uma ambulância marca Fiat, modelo Fiorino 2020, placa RIQ2J20, possui ar condicionado e atualmente encontra-se com uma quilometragem de 42242 km/rodado. Considerando a demanda do serviço e perfil dos pacientes atendidos, verifica-se que o modelo de veículo atual não atende a demanda integral no que se refere a volume, bem como as características do veículo, que possui tamanho inferior ao necessário, já que os pacientes em sua maioria são acamados e necessitam de transporte em maca. Destaca-se a dificuldade em presta assistência durante as intercorrências, já que não dispõe de espaço para atuação do profissional que acompanha o paciente. No ano de 2023 o setor de regulação agendou um total de 965 (novecentos e sessenta e cinco) atendimentos, dentre exames de imagem, consultas especializadas.

Quadro 06: justificativas dos Requisitantes

4.8. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - HRSF:**

4.8.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - HRSF -:

4.8.2. *"É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional.*

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de:

(I) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

(II) Integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e;

(III) Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população.

O Hospital Regional de São Francisco do Guaporé (HRSF) é uma instituição pública de saúde financiada pelo Fundo Estadual de Saúde (FES) e vinculada à Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia (SESAU/RO). Está situado na cidade homônima no Vale do Guaporé e pertence a uma região de saúde composta por três municípios que conforme o Censo/2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a demografia aferida foi de 40.084 habitantes (IBGE, 2024).

Localiza-se a cerca de 600 quilômetros da capital e a 300 quilômetros das maiores cidades do estado que margeiam a Rodovia BR 364.

A população atendida é multiétnica e está distribuída em um espaço geográfico de 19.720 km². Além de atender a cidadãos brasileiros oriundos de outras localidades, comunidades quilombolas e de povos originários que dependam dos serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a instituição também presta assistência hospitalar às províncias situadas no departamento boliviano de Bení, como, por exemplo: Iténez, Pando e Riberalta, dentre outros povoados que acabam buscando e tendo suas demandas absorvidas pelo HRSF devido estarem em local de difícil acesso e longe dos serviços de saúde bolivianos. (Relatório Anual de Gestão, 2024).

A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes acometidos por emergências médicas, por ser um veículo que oferece cuidados básicos e avançado durante o transporte, sendo assim fundamental para salvar vidas e garantir que o paciente receba o tratamento necessário o mais rápido possível.

Atualmente não possuímos ambulâncias próprias em quantidade suficiente para atender a demanda, e a que temos está com sua vida útil avançada. E trata-se de um bem de baixa durabilidade devido ao alto fluxo de utilização.

Outra grande problemática é a escassez de médicos clínicos gerais e especialistas, que impacta em um imenso transtorno quando da necessidade de remoção de paciente para outra instituição de saúde. A insuficiência de médicos deixa o HRSF desassistido diversas vezes e isso pode comprometer a vida dos usuários que buscam o pronto-socorro diante de quadros que demandam emergência e ameaçam a continuidade de suas vidas, uma vez que se faz necessária a presença do médico durante todo o trajeto de viagem.

Pelo exposto justifica-se a necessidade no aumento do quantitativo de veículos/ambulância a serem contratadas de forma terceirizada para podermos prestar toda assistência necessária aos pacientes que aqui chegam precisando de remoção."

4.9. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS - HRB:**

4.9.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS - HRB -:

"A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (I) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (II) Integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e; (III) Igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população. visando a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Hospital Regional de Buritis - HRB, e municípios circunvizinhos. Com a necessidade de um período de 12 (doze) meses A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes acometidos por emergências médicas, por ser um veículo que oferece cuidados básicos e avançado durante o transporte, sendo assim fundamental para salvar vidas e garantir que o paciente receba o tratamento necessário o mais rápido possível. Atualmente não possuímos ambulâncias próprias em quantidade suficiente para atender a demanda, dessa forma sendo necessária a contratação de forma terceirizada para podermos prestar toda assistência necessária aos pacientes que aqui chegam precisando de remoção, ou prestação de socorro."

4.10. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO:**

4.10.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO -:

4.10.2. "O HEURO atualmente é responsável por atender pacientes de 34 Municípios do estado de Rondônia, pacientes que chegam na unidade com diversos tipos de traumas e patologias, com isso, a demanda se torna muito maior do que a capacidade desta unidade hospitalar, fazendo-se necessário o transporte periódico de pacientes para os Leitos de UTI localizados no hospital SAMAR e HRC, bem como o transporte de pacientes para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, para nossas unidades de Referência(HB e HRC). A ambulância desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes acometidos por emergências médicas, por ser um veículo que oferece cuidados básicos e avançado durante o transporte, sendo assim fundamental para salvar vidas e garantir que o paciente receba o tratamento necessário o mais rápido possível. Considerando que as ambulâncias do TIPO "B": conceituadas como ambulâncias de suporte Básico, são veículos para transporte de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e / ou durante transporte até o serviço de destino. Em suas caracterizações técnicas, entende-se que estas devem contar com 2 profissionais (o motorista e o Técnico ou Auxiliar de Enfermagem). Considerando que as ambulâncias do TIPO "D": conceituadas como sendo as de suporte avançado ou UTI Móvel, veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, estas em suas definições técnicas devem contar com 3 profissionais (o motorista, o enfermeiro e o médico) levando em consideração que anteriormente o controle e fiscalização dos transportes inter-hospitalares das unidades HRC e HEURO, era realizada de forma centralizada pelo extinto COHEREC, e com a destituição deste e a reestruturação das duas Unidades, informo que será implantado no HEURO o Núcleo de Transporte, a partir das novas contratações."

4.11. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC:**

4.11.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC -:

"O Hospital Regional de Cacoal é uma Unidade da Rede Pública Estadual, referência em atendimento de Consultas e Procedimentos Cirúrgicos Especializados para a Macrorregião II de saúde. Considerando que o hospital possui atendimento 24 horas por dia, com o objetivo de garantir o direito a saúde a uma população de aproximadamente 830.000 habitantes do Sistema Único de Saúde da 2ª macro região de Rondônia, que compreende 05 regiões de saúde, o que compõem um quantitativo de 34 municípios, sendo o único hospital de referência em atendimentos de Especialidades nesta localidade.

Considerando que as ambulâncias do TIPO "B": conceituadas como ambulâncias de suporte Básico, são veículos para transporte de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e / ou durante transporte até o serviço de destino. Em suas caracterizações técnicas, entende-se que estas devem contar com 2 profissionais (o motorista e o Técnico ou Auxiliar de Enfermagem).

Considerando que as ambulâncias do TIPO "D": conceituadas como sendo as de suporte avançado ou UTI Móvel, veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos, estas em suas definições técnicas devem contar com 3 profissionais (o motorista, o enfermeiro e o médico)

Considerando a reestruturação do COHREC, conforme consta no Memorando SESA-SE (0037409023), onde cada unidade responderá por seu setor de transporte e que o Hospital Regional de Cacoal não apresentará mais demanda de atendimentos de urgência, visto que não é pronto-socorro e só atende pacientes regulados.

Considerando que em termos quantitativos, relacionado ao número de transferência/remoções, no último trimestre tem-se demonstrando sua maior demanda ao atendimento com ambulâncias do tipo B, porém, ocasionalmente tem-se a necessidade de ambulância do tipo D, visto que no HRC existem 3 UTIs adulto em funcionamento, além de uma UTI Pediátrica e UTI Neonatal em processo de implantação.

Considerando a contratação de leitos de UTI no Hospital Samar em Ji-Parana que ocasionou um aumento nas demandas de transferências, bem como as remoções de contrareferência para o HRC e sendo estes, transportes que são realizados em ambulância do tipo "D", com tripulação composta por motorista, enfermeiro e médico, faz se necessário a contratação destes respectivos profissionais."

4.12. **DA NECESSIDADE DO CENTRO DE MEDICINA TROPICAL - CEMETRON:**

4.12.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - CENTRO DE MEDICINA TROPICAL - CEMETRON -:

"Considerando que o Contrato nº 0469/SESAU/PGE/2022 (0030336403) finalizou no dia 09/01/2023, estando em reconhecimento de dívida até a presente data, e o processo licitatório (0036.347150/2020-29) continuar em fase de recursos e contrarrazões, conforme Certidão 81 (0041406787); Considerando a necessidade da contratação do Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de 01 (uma) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo "B" e 01 (uma) Ambulâncias de Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) e Mão-de-Obra Especializada, para atender a crescente demanda de transporte/remoção e realização de exames externos de pacientes desta unidade hospitalar, uma vez que alguns dos exames de auxílio para finalização de diagnóstico, algumas terapias específicas e avaliações são realizadas fora da unidade hospitalar. Nos termos do Art. 9º, inciso III, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, considerando que os atos administrativos devem atender à finalidade pública, à motivação e, sobretudo o interesse público, justifica-se, a contratação dos serviços de transporte inter-hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte avançado tipo "D" (UTI Móvel ADULTO E NEONATAL) e suporte básico tipo "B", com mão de obra especializada devido a alta demanda de atendimentos deste nosocômio além das altas com remoção de pacientes extremamente necessárias, a locação das ambulâncias se dá pela necessidade de transporte e locomoção de pacientes, garantindo, assim, integridade, pois trata-se de um serviço essencial, contínuo e ininterrupto, não podendo, portanto, sofrer descontinuidade da prestação dos serviços hospitalares. É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional:

"Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior. Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;"

Como os recursos do Estado são finitos e os pleitos infinitos, há a necessidade da concretização do direito à saúde ocorrer por meio de Políticas Públicas. Assim, o Estado tem o dever de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Compete ao poder público a obrigação de prestar assistência à saúde, cabendo à União prover o tratamento e, aos entes federados, estados e municípios, arcar com as despesas de tratamento de alto custo, inclusive às relativas à estada, transporte e alimentação, tanto ao paciente quanto à de seu acompanhante, em decorrência de tratamento fora do domicílio. O Centro de Medicina Tropical de Rondônia foi idealizado em 14 de fevereiro de 1988 através de placa comemorativa em nome do Governador Jerônimo Santana sendo oficialmente criado pelo Decreto 4.411 de 14/11/1989, estruturado pelo Decreto 4.506, de

22/01/1990, reestruturado pela Lei Complementar 133 de 22/06/1995, e transformado em Órgão de autonomia Administrativa Financeira através da lei complementar 196, de 22/12/1997 e reestruturado pelo Decreto 8352, de 04/06/1998. Está localizado na Avenida Guaporé, nº 415, bairro Lagoa, na cidade de Porto Velho – RO ele é um hospital de médio porte especializado, referência no atendimento as doenças infectocontagiosas e tropicais, tanto em nível ambulatorial como para internação, abrangendo tanto o município de Porto Velho, como todo o interior do estado e cidades circunvizinhas dos estados do Acre, Amazonas e ainda, pacientes oriundos da Bolívia. O Hospital atende programas do Ministério da Saúde tais como tuberculose, HIV/AIDS, blastomicoses, leishmanioses, malária, leptospirose, acidentes por animais peçonhentos, dengue e outras patologias relacionadas à saúde pública. Com o advento da pandemia do Coronavírus, o CEMETRON tornou-se referência Estadual no atendimento de pacientes acometidos pelo COVID, sendo ampliado com a instalação do ANEXO JBS. A finalidade da utilização das ambulâncias é promover transferência/transporte inter-hospitalar de pacientes com necessidade de atenção especializada, visto que alguns podem necessitar de tratamento com especialidades médicas, cirurgias ou da realização de exames diagnósticos que não estão disponíveis nesta unidade hospitalar. Nestes casos, a ambulância é usada para transferir/transportar o paciente com segurança para outra unidade que possa fornecer os cuidados complementares necessários, Documento de Oficialização de Demanda 4 CEMETRON (0041523931) SEI 0049.009397/2023-43 / pg. 2 tendo em vista que o CEMETRON não possui ambulância própria e nem equipe disponível para tal. Segue dados dos últimos 8 meses da REGULAÇÃO e SAME:

MÉMOIRA DE CÁLCULO DE EXAMES E TRANSFERÊNCIAS DE 2023										
ITEM	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL	MÉDIA MENSAL
EXAMES	171	150	204	227	263	226	235	238	1714	214,25
TRANSFERÊNCIAS	35	39	22	15	27	32	29	14	213	26,63
TOTAL	206	189	226	242	290	258	264	252	1927	240,88

Fonte: Demonstrativo hospitalar (0053.000435/2023-33) e dados da regulação

Conforme último levantamento da Direção Técnica por meio do Memorando nº 24/2023/CEMETRON-DGM (0040250971) no processo nº 0053.000677/2023-27, contamos com um total geral de 107 leitos, distribuídos da seguinte forma:

TOTAL DE LEITOS CEMETRON	
Leitos Clínicos Infectologia	65
UTI Infectologia	07
Leitos Clínicos ANEXO JBS (incluindo sala vermelha)	25
Leitos UTI ANEXO JBS	10
Total de leitos disponíveis	107

É importante ressaltar que o transporte inter-hospitalar deve ser realizado por profissionais de saúde treinados, muitas vezes em ambulâncias especialmente equipadas para garantir a segurança dos pacientes durante o trajeto. O objetivo principal é garantir que os pacientes recebam os cuidados médicos apropriados, independentemente de sua localização ou necessidades médicas específicas. Portanto, as ambulâncias desempenham um papel crucial na coordenação eficaz do sistema de saúde e na garantia de que os pacientes recebam o atendimento necessário em tempo hábil. Diante do exposto, verifica-se que há a necessidade dos dois tipos de ambulâncias, sendo uma de suporte avançado tipo "D" (UTI Móvel ADULTO) e uma de suporte básico tipo "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia - CEMETRON."

4.12.3. "A memória de cálculo para a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte InterHospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B", com mão de obra especializada, para atender as necessidades do Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia - CEMETRON, é baseada na própria justificativa de necessidade, em virtude da existência de leitos clínicos, como também leitos de UTI. As ambulâncias disponibilizada para a execução dos serviços deverá ter equipe composta de um motorista, um técnico de enfermagem, um enfermeiro e/ou um médico devidamente habilitados, de acordo com o estabelecido na Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.671/2003 de 9 de julho de 2003, qual seja: a) Motorista com treinamento em atendimento pré-hospitalar e possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância profissional. b) Técnico de Enfermagem e Enfermeiro inscritos no Conselho Regional de Enfermagem e habilitado em atendimento pré-hospitalar. Os profissionais designados para a prestação dos serviços deverão estar fardados e com crachás, sendo esses itens custeados pela CONTRATADA

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Básico TIPO "B" e Mão-de-obra especializada. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função. Carga Horária: 24 horas/dia (7 dias por semana) Profissionais: 01 motorista/socorrista e 01 técnico de enfermagem.	Serviços	01 Ambulância de Suporte Básico TIPO "B"

02	<i>Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D" e Mão-de-obra especializada. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função. Carga Horária: 24 horas/dia (7 dias por semana) Profissionais: 01 motorista/socorrista e 01 enfermeiro</i>	Serviços	01 Ambulância de Suporte Avançado TIPO "D"
----	---	----------	--

(0036.347150/2020-29), (0036.076739/2022-07) e (0036.104756/2022-33)

4.13. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL ESTADUAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II – HEPSJP-II :**

4.13.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL ESTADUAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II – HEPSJP-II:

4.13.2. *"Considerando que o Contrato nº 380/PGE-2019 (ID - 7959069), encontra-se no seu 13º Termo Aditivo 0031948747, finalizando seu 4º ano de vigência contratual em 24/09/2023, e CONTRATO Nº 0469/SESAU/PGE/2022 (0030336403), o qual encerrou sua vigência em 09 de Janeiro de 2023, cujo objeto é a contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo "B" e de Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada (Motorista/Socorrista, Técnico de Enfermagem, Enfermeiro e Médico), para atender as necessidades do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II – HEPSJP-II, Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, para atender o Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HPSJPII, considerando informação do Memorando 0039277460, que informa sobre o término do prazo de vigência de seu 4º ano em 24/09/2023.*

Considerando a necessidade da contratação do Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de 05 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo "B" e 01 (uma) Ambulâncias de Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) e Mão-de-Obra Especializada, para atender a crescente demanda de transporte/remoção de pacientes desta unidade hospitalar; uma vez que alguns dos exames de auxílio diagnóstico, algumas terapias específicas e avaliações são realizadas fora da unidade hospitalar.

Ressaltamos que além do atendimento à demanda já existente no âmbito do Hospital João Paulo II, o qual é composto por aproximadamente leitos, esta unidade hospitalar atendemos às diversas necessidades, no que tange ao transporte de pacientes, vindos de suas unidades de origem (Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de Saúde Conveniadas) sediadas em Porto Velho, até o JP II e ao final das seções devolvidos às respectivas unidades, considerando que o JP II oferece diversos serviços em várias especialidades.

É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional. "Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior. Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

Contratação Emergencial de empresa especializada na prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo "B" e de Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada (Motorista/Socorrista, Técnico em Enfermagem, Enfermeiro e Médico), origina-se pela necessidade da Unidade de Saúde Hospitalar: Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II, em adequar sua oferta de serviço de transporte de pacientes à demanda real existente nesta unidade hospitalar.

Considerando que o Hospital João Paulo II atende pacientes de Porto Velho, demais municípios do Estado, bem como dos Estados vizinhos, por ser a porta principal de paciente oriundos da capital, municípios vizinhos e demais Estados, onde são oferecidas diversas especialidades de atendimentos e cirurgias médico-hospitalares, cujos pacientes são transportados por meio de ambulância.

Considerando que do total de usuários internados neste nosocômio, dependendo do quadro clínico do paciente, há a necessidade de realização de exames e/ou procedimentos nas unidades terceirizadas ou noutros laboratórios e clínicas, com deslocamento de ida e volta ou sem retorno através de transporte de ambulância equipada e, conduzida por motorista legalmente habilitado e com acompanhamento de técnico de enfermagem."

4.14. **DA NECESSIDADE DA POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC :**

4.14.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC -:

4.14.2. *"A Secretaria de Estado da Saúde tem como objetivo precípua atender ao princípio da universalidade e equidade na oferta de saúde pública tendo como parâmetro de referência o que há de melhor no que tange à prestação de serviço ao paciente do SUS em Rondônia. Pode-se afirmar que a estrutura física de uma organização é de suma importância para aumentar o grau de satisfação dos usuários. A necessidade de se promover o alcance aos padrões mínimos de funcionamento em todas as Unidades de Saúde resulta de uma visão mais ampla a cerca da prestação dos serviços públicos, além do mais, a falta de suportes necessários, em todos os seus aspectos, influi no rendimento psíquico, intelectual e social dos servidores e dos pacientes. É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional.*

“Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior.

Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;"

Como os recursos do Estado são finitos e os pleitos infinitos, há a necessidade da concretização do direito à saúde ocorrer por meio de Políticas Públicas. Assim, o Estado tem o dever de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Compete ao poder público a obrigação de prestar assistência à saúde, cabendo à União prover o tratamento e, aos entes federados, estados e municípios, arcar com as despesas de tratamento de alto custo, inclusive às relativas à estada, transporte e alimentação, tanto ao paciente quanto à de seu acompanhante, em decorrência de tratamento fora do domicílio. O objeto deste termo de referência, Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e Mão-de-obra especializada, origina-se pela necessidade desta POC em adequar sua oferta de serviço de transporte de pacientes à demanda real existente nesta unidade. Demanda de ambulância para transporte entre unidades de saúde de pacientes graves. No momento, a Policlínica Oswaldo Cruz oferece atendimento ambulatorial de especialidades médicas de cardiologia, oncologia, obstetrícia, pneumologia, infectologia, cirurgia geral, urologia, e recebe pacientes de primeira vez com quadros clínicos descompensados, com indicação de internação hospitalar, conforme relatório de atendimentos no mês de janeiro (0035366659). Na triagem ao lado da recepção, os sinais vitais devem ser aferidos e identificados aqueles pacientes hipertensos e instáveis. Tais pacientes graves são encaminhados para sala vermelha da Policlínica Oswaldo Cruz até que seja regulados via SAMU ou outro meio de transporte para unidade hospitalar ou serviço de urgência e emergência mais próximo (Policlínica Ana Adelaide), portanto seria necessário uma ambulância com técnico de enfermagem disponível durante o horário de funcionamento da Policlínica Oswaldo Cruz para garantir a referência adequada dos casos de urgências e emergências para Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, Unidades de Pronto Atendimento, e/ou Policlínica Ana Adelaide. O veículo de placa NDV-4766 está com pneu danificado danificado conforme processo nº 0063.068630/2022-61 e relatório fotográfico (0035366184) e os veículos de placas OHS0580 e OHT-7396 são inadequados para transporte de pacientes pois não dispõem de oxigênio, maca, medicações, e são utilizados para finalidade administrativa, conforme processo SEI nº 0063.068256/2022-01. Dessa forma, sugiro que a demanda seja encaminhada para SESA-ASTEC para avaliar a viabilidade de contratação de serviço de locação de ambulância (0036.009311/2017-83). Considerando que esta Policlínica Oswaldo Cruz - POC não dispõe de outra ambulância própria em funcionamento, e que há execução de pequenos procedimentos, assim como atendimento ambulatoriais diversos, recebendo pacientes de todo o estado e também de Estados vizinhos, situação esta que os pacientes em sua maioria não possuem condições financeiras nem mesmo para se alimentar, situações estas que já ocasionaram mal estar, necessitando de locomoção dos pacientes para que sejam melhor atendidos. Dessa forma, faz-se necessário a contratação em tela visando a contratação de ambulância tipo “B”, visando atender esta Policlínica Oswaldo Cruz, reiterando do ponto de vista Técnico e por necessidade Clínica desta Unidade de Saúde, ratifica a necessidade de suporte de cobertura de ambulância.”

4.15. DA NECESSIDADE DO HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HB:

4.15.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - HBAP -:

4.15.2. “Considerando a necessidade da contratação do Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de 02 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo “B” e 01 (uma) Ambulâncias de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-Obra Especializada, para atender a crescente demanda de transporte/remoção de pacientes desta unidade hospitalar, uma vez que alguns dos exames de auxílio diagnóstico, algumas terapias específicas e avaliações são realizadas fora da unidade hospitalar. Ressaltamos que além do atendimento à demanda já existente no âmbito do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, o qual é composto por aproximadamente 600 leitos, esta unidade hospitalar atendemos às necessidades do Central de Diálise - CD/HBAP, no que tange ao transporte de pacientes renais agudos acamados, vindos de suas unidades de origem (Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia, Unidades Filantrópicas e Unidades de Saúde Conveniadas) sediadas em Porto Velho, até a CD/HBAP e ao final das seções devolvidos às respectivas unidades, considerando que o CD/HBAP oferece serviços na especialidade de Nefrologia. É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional. “Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior. Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Básico Tipo “B” e de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada (Motorista/Socorrista e Técnico de Enfermagem), origina-se pela necessidade das Unidades de Saúde Hospitalares: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP, em adequar sua oferta de serviço de transporte de pacientes à demanda real existente nesta unidade hospitalar. Considerando que o Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro atende pacientes de Porto Velho, demais municípios do Estado, bem como dos Estados vizinhos, por ser a porta principal de paciente oriundos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II, onde são oferecidas diversas

especialidades de atendimentos e cirurgias médico-hospitalares, cujos pacientes são transportados por meio de ambulância. Considerando que do total de usuários internados neste nosocômio, dependendo do quadro clínico do paciente, há a necessidade de realização de exames e/ou procedimentos nas unidades terceirizadas ou noutros laboratórios e clínicas, com deslocamento de ida e volta ou sem retorno através de transporte de ambulância equipada e, conduzida por motorista legalmente habilitado e com acompanhamento de técnico de enfermagem."

4.16. **DA NECESSIDADE DO SERVIÇO ASSISTENCIAL MULTIDISCIPLINAR E DOMICILIAR-SAMD:**

4.16.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - SERVIÇO ASSISTENCIAL MULTIDISCIPLINAR E DOMICILIAR - SAMD -:

4.16.2. "A atenção domiciliar (AD) é a forma de atenção à saúde oferecida na moradia do paciente e caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Com abordagens diferenciadas, esse tipo de serviço está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) e é oferecido de acordo com a necessidade do paciente, a partir do atendimento de diferentes equipes. A AD proporciona ao paciente um cuidado ligado diretamente aos aspectos referentes à estrutura familiar, à infraestrutura do domicílio e à estrutura oferecida pelos serviços para esse tipo de assistência. Dessa forma, evita-se hospitalizações desnecessárias e diminui o risco de infecções. Além disso, melhora a gestão dos leitos hospitalares e o uso dos recursos, bem como diminui a superlotação de serviços de urgência e emergência (BRASIL, 2021). No Estado de Rondônia o Projeto para implantação do Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar (SAMD), foi aprovado em Colegiado de Gestão Regional, em 04 de novembro de 2012, através da Resolução N° 036/ICGRS/VIGRS, a qual foi homologada em 06 de dezembro de 2012, por meio da Resolução n° 252 CIB/RO. O Projeto implementado no município de Porto Velho, foi pactuado entre Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Rondônia e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho em 06 de dezembro de 2012, onde fora definido as responsabilidades de cada ente perante ao projeto piloto implementado e aprovado. O Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar (SAMD) atende ao estabelecido Portaria de Consolidação N° 05, Capítulo III (do Atendimento e internação Domiciliar), , e atualmente conta com um total de 04 (Quatro) Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 01 (uma) Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP), devidamente registrada no Cadastro de Estabelecimento de Saúde (CNES), dos hospitais Centro de Medicina Tropical do Estado de Rondônia (CEMETRON), Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II (HEPSJPII), Hospital de Base Dr° Ary Pinheiro (HBAP) e Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD). Além das equipes devidamente regulamentada junto ao Ministério da Saúde (MS), conta ainda com 03 (três) equipes, sendo uma equipe para atendimento pediátrico, serviço de curativo e atendimento específico para pacientes ortopédicos, somando um total de 08 (oito) equipes. O serviço atende em média 246 (duzentos e quarenta e seis) pacientes de forma simultânea, prestando assistência direta através da realização de curativos, medicamentos, procedimentos (inserção de dispositivos). Considerando o perfil dos usuários atendidos, bem como a finalidade do SAMD, há também a oferta de atendimentos especializados, como consultas com especialistas, procedimentos cirúrgicos, exames diagnósticos, e neste momento há necessidade de utilização de transporte especializado para a transferência do paciente de sua residência ao estabelecimento de saúde, devendo garantir o retorno do mesmo ao local de origem."

4.17. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - HRE:**

4.17.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - HRE -:

4.17.2. "Considerando que o **Hospital Regional de Extrema** é referência em assistência hospitalar na Região da Ponta do Abunã, devido a distância da localidade onde esta situado sendo: Porto Velho com aproximadamente 360 km, e Rio Branco com aproximadamente 200 km, para onde são encaminhados os pacientes que necessitam de atendimento especializado. Por toda via, o tempo gasto para realizar o transporte inter-hospitalar de um paciente do **Hospital Regional de Extrema** a uma unidade hospitalar de referência é de 8 (oito) a 12 (doze) horas aproximadamente, ainda levando em consideração a incapacidade de prever a ocorrência de uma emergência e da consequente necessidade de transferir o paciente para outra unidade de saúde hospitalar, considerando o prejuízo à vida do usuário do SUS que pode vir ocorrer devido a demora na logística de transporte inter-hospitalar do paciente encaminhado a outra unidade hospitalar. Considerando o número reduzido de veículos tipo ambulância que compõem a frota do **Hospital Regional Extrema**, que se limita à 01 (uma) ambulâncias "tipo D", e 02 duas ambulância Tipo B, de forma terceirizada, sendo uma em cobertura contratual, que encerrará em 25/09/2024 de acordo com o contrato n° 380/PGE/2019 e termo aditivo conforme documento 0041907662. Outra empresa através de contrato n° 469/PGE/2022, que entrou em reconhecimento de dívida em 09 de janeiro de 2023, deste modo necessitamos de modo urgente contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte básico Tipo "B" e Mão-de-obra especializada, para podemos sair do reconhecimento de dívidas até que venha a contratação por modo licitatório. Em se tratando da necessidade da ambulância "tipo D", justificamos que quando encaminhado paciente a outra unidade de referência, o hospital fica desassistido. Ressaltando que a unidade hospitalar localiza-se no eixo da BR-364, entre Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, sendo o único local de assistência neste trajeto e ainda que a região não dispõe de SAMU. Além do mais as cirurgias eletivas serão retomadas no presente mês, janeiro de 2024, considerando que o HRE, por ser uma unidade de média complexidade não dispõe de CTI (Centro de Tratamento e Terapia Intensiva) e UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Diante da justificativa supracitada, solicitamos o suporte avançado do "tipo D" e "tipo B". **CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:** Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, sendo portanto uma contratação única em caráter emergencial para atendimento da demanda do Hospital Regional de Extrema."

4.18. **DA NECESSIDADE DO HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO:**

4.18.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO -:

4.18.2. *"É sabido que o direito à saúde é um direito fundamental e assegurado a todos, decorrente da máxima previsão constitucional. "Art. 196 da CF - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Veja que a Constituição estabelece no artigo 196 que a saúde é dever do Estado. Uma vez que o Estado foi constituído sobre a forma federativa (art. 60, §4º, I, da CR/88), todos os entes – União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios – receberam a obrigação de promover a saúde da população de forma solidária. Esse é inclusive o exposto no artigo 23, II, do Estatuto Maior. Conforme o art. 30, inciso VII da Constituição Federal de 1988, cabe ao município: "prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;" 3.3. Como os recursos do Estado são finitos e os pleitos infinitos, há a necessidade da concretização do direito à saúde ocorrer por meio de Políticas Públicas. Assim, o Estado tem o dever de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Compete ao poder público a obrigação de prestar assistência à saúde, cabendo à União prover o tratamento e, aos entes federados, estados e municípios, arcar com as despesas de tratamento de alto custo, inclusive às relativas à estada, transporte e alimentação, tanto ao paciente quanto à de seu acompanhante. 3.4. Considerando o novo perfil assistencial deste nosocômio, qual seja, Hospital de Cirurgias Gerais, onde é condições que a unidade disponha de ao menos uma ambulância do tipo básica "Tipo B" e outra ambulância do tipo Avançada "Tipo D". Tal condicionamento decorre da necessidade constante de realização de exames fora da unidade, onde para pacientes mais estáveis, faz-se o uso da ambulância do tipo B, já para pacientes que apresentem um quadro mais agravado, que necessite de cuidados e equipamentos constantes (Pacientes de UTI), faz-se necessário uma ambulância do tipo D, Além eventuais condições em que o paciente venha necessitar de remoção para outros hospitais, que disponham de mais recursos em prol de propor melhores condições de tratamento e recuperação do paciente. 3.5. Considerando que o maior fluxo de traslado/remoção ocorre na parte do dia, cada manter ambas as ambulâncias cedidas a unidade, no entanto no período da noite, o fluxo reduz, e considerando que pode haver situações de traslado de pacientes estabilizados assim como, pacientes mais graves, é prudente a manutenção de pelo menos uma ambulância, sendo a tipo D, já que não se sabe os tipos de intercorrências podem vir acontecer."*

4.19. **DA NECESSIDADE DO CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA□ - AMI:**

4.19.1. Conforme explanado pela Unidade Hospitalar - CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA□ - AMI - :

4.19.2. *"Considerando que esta Unidade de Terapia Intensiva está localizada fora do hospital de origem, HPSJPII, com distancia de mais ou menos 3 KM; Considerando que, esta unidade depende da locação de ambulância para realização dos transporte de pacientes nas transferências intra hospitalares e exames externos, pois todos os exames de alta complexidade são realizados fora da unidade; Considerando que o veículo, disponível na unidade, já possui tempo de uso de mais de oito anos e que vem apresentando problemas mecânicos que compromete a segurança do paciente, devido a falta de condições de transporte de pacientes grave com a ambulância disponível na Unidade; Considerando que esta unidade, passou por reestruturação física ficando com 40 leitos UTI; Justificamos a necessidade de ambulância tipo D para atender esta unidade de terapia intensiva - AMI nas 24h 7 dias por semana; Considerando a taxa de ocupação de 90% e a rotatividade dos leitos bem como o aumento na demanda de paciente crônicos, grave, que ficaram com a assistência prejudicada, durante enfrentamento da pandemia; Considerando que, a unidade vive cenário de enfrentamento da pacientes da UTI Geral e não mais de pacientes acometidos pela COVID. 19; Desta forma, justificamos a necessidade de 01 ambulância por 24h de domingo a domingo, sete dias por semana de Ambulância TIPO D, suporte Avançado UTI móvel. O veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências transferência inter-hospitalar ou remoção para realização de exames fora da Unidade, que necessitam de cuidados médicos intensivos, com disponibilização de mão de obra especializada, equipe devendo ser composta por (motorista/socorrista, enfermeiro e médico)."*

5. **DA VIABILIDADE EM SE CONTRATAR O SERVIÇO**

5.1. Considerando o demonstrado no item 15.1 e anexos I do Estudo Técnico Preliminar SESAUG-GEComp (0045676780):

15.1. Justificativa da Viabilidade

O transporte inter-hospitalar de pacientes é um serviço essencial para a prestação de assistência à saúde. Ele é necessário para o deslocamento de pacientes entre instituições hospitalares, para a realização de exames, consultas ou tratamentos especializados, ou para a transferência de pacientes em situação de emergência.

Desta forma, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte básico Tipo "B" e de Suporte Avançado Tipo "D" (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada, visando atender as necessidades da Secretaria do Estado da Saúde, pelo período de 1 (um) ano, é uma medida viável e vantajosa para a Administração Pública.

5.2. Considerando exposto pelas unidades requisitantes nos itens 4.5 ao 4.15.2 deste Termo de Referência; e

5.3. Considerando a Planilha de Custo do referido objeto, elaborada pela SESAUG-GEComp;

5.4. Levando em conta as prerrogativas acima descritas, conclui-se a necessidade de contratação do serviço em tela, conforme descrição e quantitativos estabelecidos, visando atender as necessidades das unidades hospitalares relacionadas no item 8.1 deste Termo de Referência.

5.5. **DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

5.5.1. O objeto pleiteado nos autos não envolve técnicas desconhecidas no mercado ou requerem inovação tecnológica

para a sua execução, tratando-se assim de bem comum, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho característicos ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os materiais ofertados pelos participantes com base no menor preço. A classificação como comum não se confunde com a complexidade do objeto. O que deve ser verificada é a possibilidade de seus padrões de desempenho e qualidade serem definidos objetivamente em especificações usualmente adotadas no mercado, o que fica evidente no presente instrumento convocatório. Corroborando com esse entendimento, transcrevemos o relatado pelo Professor Marçal Justen Filho em seu livro Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico:

"Ou seja, há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto.

(...)

5.5.2. Numa tentativa de definição, poderia dizer-se que bem ou serviço comum é aquele que apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

5.5.3. A Lei 14.133/2021 define serviços comuns como aqueles que podem ser contratados através de processos licitatórios simplificados, por serem padronizáveis e objetivamente comparáveis entre diferentes fornecedores.

5.5.4. Os serviços de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada, são amplamente reconhecidos e aplicados de maneira uniforme por profissionais da área. Essa padronização permite que os serviços sejam considerados comuns em termos de procedimentos e resultados esperados.

5.5.5. Os serviços desta contratação podem ser avaliados com base em critérios objetivos como a formação acadêmica dos profissionais, a experiência comprovada em áreas específicas, o cumprimento de normas e regulamentações de saúde, e a adoção de padrões de qualidade estabelecidos por entidades reguladoras. Isso permite que esses serviços sejam comparados de forma objetiva, enquadrando-os como serviços comuns sob a ótica da Lei 14.133/2021.

5.5.6. O serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada é amplamente ofertados por diversas empresas qualificadas no mercado. Essa disponibilidade cria um ambiente competitivo, onde diferentes fornecedores podem ser avaliados e contratados com base em critérios padronizados de qualidade e custo, característica dos serviços comuns.

5.5.7. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) permite a classificação de serviços como comuns sempre que for possível a sua descrição e avaliação com base em especificações técnicas padronizadas. Dado que o Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com mão de obra especializada podem ser detalhados em termos de qualificações exigidas, protocolos de atendimento e resultados esperados, eles podem ser enquadrados nessa categoria para fins de licitação.

5.5.8. Essa classificação facilita os processos licitatórios e contribui para a eficiência administrativa na contratação desses serviços essenciais.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

6.1. Com base no objeto da licitação para a contratação de serviços de transporte inter-hospitalar de pacientes com ambulâncias de suporte avançado (Tipo "D") e suporte básico (Tipo "B"), para atender unidades hospitalares estaduais e serviços assistenciais, a análise técnica do parcelamento do objeto levou em conta a importância da economia de escala e as especificidades regionais no atendimento.

6.2. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Assim, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

6.3. Para esta contratação, optou-se pelo critério de **MENOR VALOR POR LOTE**, permitindo a participação de um número maior de fornecedores locais, que poderão atender de forma competitiva as demandas das unidades hospitalares, especialmente nas regiões do interior. Assim, atende-se aos princípios de economicidade e competitividade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Essa abordagem favorece a presença de fornecedores regionais, preservando a padronização e a qualidade dos serviços.

6.4. Desta forma, justifica-se a contratação por lote visando a atratividade de um maior número de fornecedores para as unidades no interior, sem comprometer o ganho da aquisição em escala. A opção adotada promove a **racionalidade administrativa**, ao mesmo tempo que garante a competitividade. A análise do atendimento integral, portanto, considera a **equidade e a qualidade** dos serviços prestados.

6.5. A licitação por lote deve garantir que todas as unidades recebam produtos ou serviços de qualidade equivalente, sem comprometer a competitividade e a busca por melhores preços. Assim, optamos pelo provisionamento dos serviços, por ser mais viável do ponto de vista operacional, técnico e econômico para a Administração. Ademais destaca-se a Racionalidade Administrativa uma vez que a contratação por lote simplifica a gestão dos contratos, reduzindo o número de procedimentos administrativos. Essa simplificação se traduz em economia de recursos e celeridade na entrega dos serviços, especialmente considerando as especificidades e desafios das unidades do interior. A licitação por lote com critério de menor valor por lote pode ser uma ferramenta útil para alcançar a racionalidade administrativa, a competitividade, o atendimento integral à saúde com equidade e qualidade, a celeridade na entrega dos serviços e a economia de recursos, especialmente nas unidades do interior.

- 6.6. A lei 14.133/2021 fixou diretrizes específicas do parcelamento para as compras, nos § 2º e 3º art. 40:
- Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
- § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:
- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
- 6.7. § 3º O parcelamento não será adotado quando:
- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.
- 6.8. Conforme a alínea "b" do inciso V art. 40 da Lei nº 14.133/2021:
- Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
- V - atendimento aos princípios:
- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;**
- 6.9. Diante do exposto, com o objetivo de garantir eficiência, economicidade e cumprimento da legislação vigente, o parcelamento **da contratação dos serviços de transporte inter-hospitalar** será adotado para promover a racionalidade administrativa e a otimização dos recursos, respeitando as especificidades das unidades regionais e assegurando que o critério de menor valor por lote preserve a competitividade e a qualidade dos serviços.

7. DA EXECUÇÃO

7.1. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Cidade de Porto Velho
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON Endereço: Av. Guaporé, 215 - Lagoa, Porto Velho - RO, 78918-791
Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO
Policlínica Oswaldo Cruz - POC Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3862 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-096
Serviço Assistencial Multidisciplinar e Domiciliar - SAMD Endereço: Rua Aparício de Moraes, bairro industrial, nº 1067, Porto Velho - RO, CEP: 76821-094
Hospital Estadual Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP II Endereço: Av. Campos Sales, nº 4295 - Bairro Nova Floresta - Porto Velho/RO.
Hospital de Retaguarda de Rondônia - HRRO Endereço: Rua Joaquim Nabuco, nº 2718 - Bairro São Cristóvão - Porto Velho/RO
Centro de Medicina Intensiva - AMI Endereço: Rua Geraldo Siqueira, 4436 - Caladinho, Porto Velho - RO, 76810-660
Hospital Regional de Extrema - HRE Endereço: Rua Abunã, 308 - Extrema, Porto Velho - RO
Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD Endereço: Rua Benedito de Souza Brito, 4045, Industrial, Porto Velho - RO.
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro - HBAP Endereço: Av. Gov. Jorge Teixeira, 3766 - Industrial, Porto Velho - RO, 76821-092
Cidade de Buritis
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional de Buritis - HRB Endereço: Rua Vale do Paraíso, 2340 - Setor 3, Buritis - RO, 76880-000.
Cidade de São Francisco do Guaporé
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional São Francisco do Guaporé - HRSF Endereço: Avenida Brasil, s/n, São Francisco do Guaporé - RO, 76935-000
Cidade de Cacoal
UNIDADE A SER ATENDIDA PELO SERVIÇO
Hospital Regional de Cacoal - HRC Endereço: Av. Malaquita, 3581 - Josino Brito, Cacoal - RO, 76.961-887.
Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal - HEURO Endereço: Av. Rosilene Xavier Transpadini, 2200 - Jardim Eldorado, Cacoal - RO, 76.963-767

Quadro 07: local de execução dos serviços.

7.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação deverá(ão) possuir estrutura física, como base, instalada no Estado de Rondônia.

7.3. Caso a vencedora não possua estrutura física adequada conforme previsto nos quadros dos **itens 3.2 e 7.1**, esta terá um prazo de **60 (sessenta) dias** para se adequar no referido Estado, a partir da homologação do certame no Diário Oficial do Estado.

7.4. Local e Horário da prestação do serviço consta no item 3.2.4 (Quadro 1 ao 5) deste Termo de Referência.

7.5. Não Haverá prorrogação no prazo mencionado no item anterior, para estruturação da empresa e assinatura do contrato.

7.6. **PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

7.7. O prazo para início da execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da última assinatura no termo contratual.

7.8. Se a empresa vencedora ter comprovadamente dificuldades para dar início a apresentação dos serviços, dentro do prazo estabelecido, deverá informar oficialmente com antecedência de mínimo até 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando jus ficava circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo.

7.9. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

7.9.1. A CONTRATANTE nomeará preferencialmente servidor público efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, que fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

7.9.2. A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, não desobriga e nem reduz a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

7.9.3. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas neste Termo de Referência.

7.9.4. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

7.9.5. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

7.9.6. Ao CONTRATANTE é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos que não apresentarem em boas condições de operação ou estiver em desacordo com as especificações técnicas.

7.9.7. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, por veículos classificados no mesmo grupo e sem qualquer ônus adicional ao contratante.

7.9.8. A CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato, deverá informar o quantitativo de motoristas que serão disponibilizados para a execução do serviço, assim como, informar a carga horária dos mesmos.

7.9.9. Executar os serviços, objeto deste Termo de Referência, mediante a atuação de profissionais especializados com quadro de pessoal, veículos e materiais suficiente para execução dos serviços, sem interrupção, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados.

7.10. **DA POSSIBILIDADE EM CONTRATAÇÃO PJ POR PARTE DA CONTRATADA**

7.10.1. Fica autorizado a contratação da mão de obra **Médica** via Contrato PJ (contrato firmado entre duas empresas) por parte da Contratada, devendo a contratada comprovar e validar por meio de documentações pertinentes os possíveis contratos, conforme itens 8.7.11, 9.3 e 15.1.6.1 deste Termo de Referência.

7.10.2. Esta concessão embasa-se nas seguintes jurisprudências:

7.10.3. Parágrafo único do Artigo nº 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

7.10.4. Capítulo VII Da prestação do serviço do Título VI Das várias espécies do Contrato da Lei nº 10.406/2002:

CAPÍTULO VII

Da Prestação de Serviço

Art. 593. A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições deste Capítulo.

7.10.5. A "pejotização" dos profissionais médicos já foi admitida pelo Supremo Tribunal Federal, a exemplo do decidido na Rcl 47.843 ([RCL47843](#)):

Rcl 47.843 [...] julgamento da ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), quanto ao objeto de análise do Tema 725 (RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX), em que esta CORTE fixou tese no sentido de que: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante" [...] A Primeira Turma já decidiu, em caso análogo, ser lícita a terceirização por "pejotização", não havendo falar em irregularidade na contratação de pessoa jurídica formada por profissionais liberais para prestar serviços terceirizados na atividade-fim da contratante (Rcl 39.351 AgR; Rel. Min. ROSA WEBER, Red. p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/5/2020). [...]

7.11. DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS (REFERENTES À VIAGEM)

7.11.1. Deverão ser pagas diárias percentual equivalente ao salário, para compensar despesas decorrentes do exercício de suas atividades, em viagem intermunicipal e ou interestadual. Vale destacar que o pagamento das diárias não integram o Piso do pagamento/remuneração (motorista, técnico de enfermagem, enfermeiro, médico), pois não são parcelas remuneratórias, devendo ser pago conforme ocasionar.

7.11.2. **Ressalta-se que o traslado de pacientes deverá ser mediante prévia solicitação (ordem de serviço) do nosocômio interessado (unidade hospitalar onde é exercida a função/origem).**

7.11.3. Deverá ser utilizado o determinado na Convenção Coletiva de Trabalho (do ano concernente ao da viagem) como parâmetro de valor de cada classe, e na ausência destes deverá usar a 'Convenção Coletiva de Trabalho da(s) categoria(s) Empresas e Trabalhadores da Terceirização em Geral e Prestação de Serviços de asseio, conservação, limpeza pública e ambiental, limpeza urbana, varrição, remoção, coleta de lixo privados e públicos/urbanos, coleta de resíduos hospitalares e industriais, bem como terceirização e/ou locação de mão-de-obra em geral, com abrangência territorial em todo o estado de Rondônia' para todos. O ressarcimento referente ao pagamento de diárias será mensal, conforme verificado a melhor vantagem para o Estado, e bem avaliado pela Comissão de Recebimento.

7.11.4. A CONTRATADA deverá ainda comprovar mensalmente o demonstrativo do cálculo da diária, pagamento (anterior ao período da viagem), e relatório da viagem em que fora desempenhado o serviço, contendo data e horário, origem e destino (sendo elaborado pelo empregado e Pessoa Jurídica contratada, contendo nome completo, função e o posto de trabalho).

7.12. RECEBIMENTO DO SERVIÇO:

7.12.1. O objeto desta licitação será recebido conforme disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21:

7.12.2. **a) Provisoriamente:** imediatamente depois de efetuada a entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, através de termo detalhado, em até 05 (dois) dias úteis após a entrega da Nota Fiscal e Objetos;

7.12.3. **b) Definitivamente:** Após a verificação no Termo de Recebimento Provisório da conformidade com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA e a consequente aceitação da Contratante, será emitido o Termo de Recebimento DEFINITIVO por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, em que não poderá exceder 05 (cinco) dias úteis, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação.

7.12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

7.12.5. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

7.12.6. Os serviços serão supervisionados pela Comissão e/ou Fiscal de cada unidade de saúde, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

7.12.7. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecida no Termo de Referência/Contrato.

7.12.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, com fulcro no artigo 120 da Lei nº 14.133/21.

8. DO CONTRATO

8.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL/PRORROGAÇÕES:

8.1.1. O contrato terá o prazo de vigência de **01 ano (12 meses)**, contados a partir da data da última assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, limitando-se ao prazo máximo de 10 anos (120 meses), desde que haja interesse de ambas as partes, conforme estabelecido nos Art. 91, 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO:

8.2.1. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.2.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4. É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

8.2.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.2.8. O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.2.9. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

8.3. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.3.1. Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, como previsto no art. 98 da LEI nº 14.133/2021;

8.3.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º ao §3º do art. 96 da Lei 14.133/2021;

8.3.3. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual;

8.3.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente (art. 100 da Lei nº 14.133/2021).

8.4. DA SUBCONTRATAÇÃO/TRANSFERÊNCIA/CESSÃO

8.4.1. É **vedada** a cessão, subcontratação ou transferência total de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Termo de Referência por parte da empresa vencedora.

8.5. Da Repactuação, do Reajuste e da Revisão do Contrato (Decreto 28.874/2024)

8.5.1. Considerando as necessidades de garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da administração pública deve ser atendido e preceituado nos parâmetros dos Art. 150 ao Art. 168 do Decreto nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024. Para os fins previstos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro fica estabelecido como data-base a apresentação da proposta ou previsões restritas, nos casos de repactuação e orçamento de obras, ainda deve ser observado o prazo para apresentação do pedido, expedido no Art. 151 do Decreto nº 28.874/2024.

8.5.2. No que tange aos índices de reajuste a serem aplicados para fins do restabelecimento econômico-financeiro, adotar-se-á o que for mais vantajoso para a Administração, devendo ser observado a existência de índice próprio para o objeto contratual, conforme Art. 156 do Decreto nº 28.874/2024.

No caso concreto aplicar-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, para fins de reajuste e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

8.5.3. Da Repactuação

8.5.3.1. Conforme previsão nos art. 157 ao 162 o Decreto nº 28.874/24.

8.5.3.2. Para repactuação de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de um (01) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

8.5.3.3. O interregno mínimo de um (01) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- I - da data limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;
- ou
- II - da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

8.5.3.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

8.5.3.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, devendo seguir os termos estabelecidos no Decreto Estadual nº 28.874/2024. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8.5.3.6. O prazo para resposta ao pedido de repactuação, será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.

8.5.4. Do Reajuste

8.5.4.1. Conforme previsão no arts. 154 ao 156 do Decreto nº 28.874/24: "É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano."

8.5.4.2. Ao final dos 12 (doze) meses iniciais de vigência do contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice mais vantajoso para administração.

8.5.4.3. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

8.5.4.4. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 dias úteis, a contar do recebimento da solicitação;

8.5.5. Revisão

8.5.5.1. Conforme previsão no arts. 163 ao 164 do Decreto nº 28.874/24.

8.5.5.2. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.5.5.3. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
 - II - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
 - III - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
 - IV - documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
 - V - ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
 - VI - pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.
- Parágrafo único. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

8.5.5.4. O prazo para resposta ao pedido de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação;

8.6. DO MECANISMO DE CONTROLE INTERNO

8.6.1. Para fins de atendimento da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, o futuro contrato adotará como mecanismo de controle interno será o pagamento por Fato Gerador, seguindo as orientações do Caderno de Logística do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8.6.2. O Fato Gerador proporciona maior transparência nas relações entre contratante e contratada, estabelecendo critérios objetivos e mensuráveis para o pagamento. Essa clareza facilita o acompanhamento do andamento dos serviços, permitindo à contratante identificar e direcionar recursos de forma mais eficiente.

8.6.3. Ao condicionar o pagamento à efetiva entrega de resultados, o Fato Gerador reduz significativamente os riscos trabalhistas e previdenciários para a contratante. Isso porque a contratada assume a responsabilidade pelo pagamento de seus funcionários, evitando que a contratante seja responsabilizada por obrigações trabalhistas indevidas.

8.6.4. O Fato Gerador se adapta às necessidades específicas de cada contrato, permitindo a definição de critérios personalizados para o pagamento. Essa flexibilidade garante que a contratante recompense apenas o trabalho que realmente agrega valor, otimizando os recursos e alcançando os objetivos desejados.

8.6.5. O Fato Gerador permite uma gestão mais eficiente dos custos com mão de obra exclusiva, proporcionando à contratante maior previsibilidade e controle sobre seus gastos. Essa modalidade facilita o planejamento financeiro e a tomada de decisões estratégicas relacionadas à alocação de recursos.

8.6.6. O Fato Gerador promove uma relação mais transparente e colaborativa entre contratante e contratada, baseada em critérios objetivos e mensuráveis para o pagamento. Essa relação de confiança contribui para o sucesso do contrato e para a geração de resultados positivos para ambas as partes.

8.6.7. Em resumo, a escolha do Fato Gerador como mecanismo de controle interno para contratação com dedicação de mão de obra exclusiva oferece diversos benefícios para a contratante, tais como maior controle dos custos, mitigação de riscos, incentivo à produtividade e qualidade, simplificação dos processos administrativos e fortalecimento da relação com a contratada.

8.7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

8.7.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

8.7.2. Conforme os termos dos art. 19-28 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024 e do art. 117, da Lei nº. 14.133/21, designará 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição; para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

8.7.3. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21;

8.7.4. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.7.5. Acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços realizados.

8.7.6. A CONTRATANTE nomeará uma Comissão de servidores efetivos que fiscalizarão a execução do serviço contratado e verificarão o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

8.7.7. A fiscalização pela CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento.

8.7.8. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato.

8.7.9. A CONTRATANTE realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela CONTRATADA e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

8.7.10. A avaliação será considerada pela CONTRATANTE para aquilatar a necessidade de solicitar à CONTRATADA que melhore a qualidade dos serviços prestados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o presente Contrato.

8.7.11. O contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e comprovação do cumprimento dos requisitos da Mão de Obra especializada em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS (contratados via CLT);

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva;

VII - CBO devidamente registrado de acordo com a função (motorista de ambulância, enfermeiro, técnico de enfermagem e médico);

☐ No caso de Contrato com Pessoa Jurídica, apresentar à Contratante:

- a) CNPJ - Registro da empresa
- b) CRM/COREN ativo; Carteira Nacional de Habilitação-CNH dentro do prazo de validade;
- c) Comprovante de pagamento da anuidade do CRM ou Nada consta
- d) Conta Corrente empresarial - Conta Corrente Pessoa Jurídica
- e) RG
- f) CPF
- g) Endereço do profissional que irá executar o trabalho.

8.7.12. Agrega-se a esta seção **8.6 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**, o **ANEXO III - Guia de fiscalização dos contratos de terceirização**;

8.8. DA INEXECUÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO:

8.8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

8.8.2. Constituem motivo para extinção do contrato (deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa):

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.8.3. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses descritas no Art. 137-139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a mesma ser Unilateral, Consensual ou Judicial, nos termos e condições do Art.138 da referida Lei.

8.8.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 137-139 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.5. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O valor mensal da contratação corresponderá ao ressarcimento dos serviços efetivamente prestados pela contratada. O pagamento deduzirá da respectiva Nota de Empenho Estimativa apenas a parcela relativa aos serviços e peças realmente reconhecidos como prestados no mês, deduzindo-se as glosas não solucionadas no mesmo período.

9.2. Insta salientar que o pagamento seguirá conforme estipulado no Art. 188 do Decreto n.º 28.874/2024, ou seja:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

- I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;
- II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;
- V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;
- VI - comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;
- VII - comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

§ 1º Os documentos apresentados deverão ser atestados pela fiscalização do contrato que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento diante do cumprimento do objeto e efetiva correspondência com o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

§ 2º Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do

ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

9.3. Por conseguinte, a nota fiscal deverá ser emitida em favor do:

a) **Fundo Estadual de Saúde - RO.**

b) **CNPJ N°: 00.733.062/0001-02.**

c) Endereço: Av. Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Machado (Entrada pela PIO XII) – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.

9.4. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

a) A descrição detalhada do item;

b) Valor e o período do fornecimento do objeto/da prestação do serviço;

c) Identificação de Número do Processo e Identificação da Nota de empenho;

d) Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

9.5. O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, consoante o disposto no art. 190 do Decreto 28.874/2024.

9.6. No caso das Notas Fiscais apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão, ou documentação, a Administração Pública poderá pagar apenas a parcela incontroversa no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da empresa de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Administração Pública terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento devidamente atestadas pela Administração.

9.7. Na hipótese da contratada não estar regular perante a Fazenda Estadual, o contratado será instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos serão remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos serão remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

9.8. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciária, o pagamento será retido até a regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.9. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.10. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.11. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.12. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.13. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

9.14. Conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, e com a Instrução Normativa nº 34/2023/SEFIN-COTES, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre

os valores pagos à CONTRATADA, nos casos legalmente previstos, incluindo rendimentos oriundos de fornecimento de bens ou prestação de serviços.

10. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A pretendida despesa pode ser programada conforme abaixo:

Informação nº 5995/2023/SESAU-NPPS (0044377742)			
DESCRIÇÃO DA DESPESA			
Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte inter-hospitalar de pacientes, com disponibilização de veículo/ambulância de suporte básico Tipo “B” e de Suporte Avançado Tipo “D” (UTI Móvel) e Mão-de-obra especializada, visando atender as necessidades da Secretaria do Estado da Saúde, pelo período de 1 (um) ano.			
Resposta ao:		Despacho SESAU-GEComp 0035225183	
PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	10.2. FONTE DE RECURSO	10.3. NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.302.2034.4009 - ASSEGURAR ATENDIMENTO EM SAÚDE NAS UNIDADES HOSPITALARES	Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HBAP	1.500.0.00001 - Recursos não vinculados de impostos 1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde 1.600.0.00001 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 1.601.0.00001 - Estruturação da rede de serviços Públicos de saúde	3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
	Hospital Infantil Cosme e Damião - HICD		
	Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HPSJPII		
	Hospital Regional de Extrema - HRE		
	Hospital Regional de Buritis - HRB		
	Hospital Regional de Cacoal - HRC		
	Complexo Hospitalar Regional de Cacoal de Rondônia - COHREC		
	Hospital de Urgência e Emergência Regional de Cacoal; HEURO		
	Hospital Regional de São Francisco Guaporé - HRSFG		
17.012.10.302.2034.4011 - MANTER SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS	Centro de Medicina Tropical de Rondônia - CEMETRON		
	Policlínica Oswaldo Cruz - POC		

Quadro 08: dotação orçamentária

10.4. Para as despesas com diárias, é possível programar os valores conforme estabelecido no Despacho (0054421197), que determina que os gastos devem ser classificados na Natureza de Despesa 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

11. **DA ESTIMATIVA DA DESPESA**

11.1. O valor estimado da contratação é R\$ 5.960.175,28 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil cento e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos) mensal e de R\$ 71.522.103,36 (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil cento e três reais e trinta e seis centavos) anual, conforme Planilha de Referência - PDF (□□□□□□0060357605), ficando detalhado da seguinte forma:

- I - Lote I estimado em R\$ 1.474.974,96 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos) mensal e em R\$ 17.699.699,52 (dezessete milhões, seiscentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos) anual.
 - a) HOSPITAL DE BASE DR. ARY PINHEIRO - HBAP: R\$ 459.626,36 (quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 5.515.516,32 (cinco milhões, quinhentos e quinze mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) anual.
 - b) HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS- HRB: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e setenta e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

c) HOSPITAL INFANTIL COSME E DAMIÃO - HICD: R\$ 505.740,02 (quinhentos e cinco mil setecentos e quarenta reais e dois centavos) mensal e R\$ 6.068.880,24 (seis milhões, sessenta e oito mil oitocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

II - Lote II estimado em **R\$ 1.220.058,80 (um milhão, duzentos e vinte mil cinquenta e oito reais e oitenta centavos) mensal** e em **R\$ 14.640.705,60 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos) anual**.

a) CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA - CEMETRON: R\$ 405.138,84 (quatrocentos e cinco mil cento e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos) mensal e R\$ 4.861.666,08 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e oito centavos) anual.

b) HOSPITAL REGIONAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - HRSF: R\$ 814.919,96 (oitocentos e quatorze mil novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) mensal e R\$ 9.779.039,52 (nove milhões, setecentos e setenta e nove mil trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos) anual.

III - Lote III estimado em **R\$ 614.753,76 (seiscentos e quatorze mil setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) mensal** e em **R\$ 7.377.045,12 (sete milhões, trezentos e setenta e sete mil quarenta e cinco reais e doze centavos) anual**.

a) SERVIÇO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR - SAMD: R\$ 54.487,52 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensal e R\$ 653.850,24 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

b) POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - POC: R\$ 54.487,52 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensal e R\$ 653.850,24 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) anual.

c) HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - HRE: R\$ 505.778,72 (quinhentos e cinco mil setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos) mensal e R\$ 6.069.344,64 (seis milhões, sessenta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) anual.

IV - Lote IV estimado em **R\$ 1.631.170,60 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil cento e setenta reais e sessenta centavos) mensal** e em **R\$ 19.574.047,20 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil quarenta e sete reais e vinte centavos) anual**.

a) HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - JPPI: R\$ 967.530,36 (novecentos e sessenta e sete mil quinhentos e trinta reais e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 11.610.364,32 (onze milhões, seiscentos e dez mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) anual.

b) ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA 24H - AMI: R\$ 304.576,36 (trezentos e quatro mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e trinta e seis centavos) mensal e R\$ 3.654.916,32 (três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil novecentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) anual.

c) HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - HRRO: R\$ 359.063,88 (trezentos e cinquenta e nove mil sessenta e três reais e oitenta e oito centavos) mensal e R\$ 4.308.766,56 (quatro milhões, trezentos e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) anual.

V - Lote V estimado em **R\$ 1.019.217,16 (um milhão, dezenove mil duzentos e dezesseis reais e dezesseis centavos) mensal** e em **R\$ 12.230.605,92 (doze milhões, duzentos e trinta mil seiscentos e cinco reais e noventa e dois centavos) anual**.

a) HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - HEURO: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

b) HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - HRC: R\$ 509.608,58 (quinhentos e nove mil seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) mensal e R\$ 6.115.302,96 (seis milhões, cento e quinze mil trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) anual.

11.2. O Valor estimado para o pagamento de diárias (0057560625) aos tripulantes por ocasião de viagens intermunicipais ou interestaduais conforme CCT será de:

11.3. **LOTE I ANUAL:** R\$ 391.091,25 (trezentos e noventa e um mil noventa e um reais e vinte e cinco centavos);

11.4. **LOTE II ANUAL:** R\$ 308.756,25 (trezentos e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

11.5. **LOTE III ANUAL:** R\$ 144.086,25 (cento e quarenta e quatro mil oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos);

11.6. **LOTE IV ANUAL:** R\$ 329.340,00 (trezentos e vinte e nove mil trezentos e quarenta reais);

11.7. **LOTE V ANUAL:** R\$ 288.172,50 (duzentos e oitenta e oito mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos);

11.8. **TOTAL ANUAL:** R\$ 1.461.446,25 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), retirado da Planilha Estimativa do Valor das Diárias. (0057560625).

11.9. **TOTAL DA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS + DIÁRIAS = R\$ 72.983.549,61 (setenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos).**

12. DAS SANÇÕES

12.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte do contrato.

12.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I - não assinar o contrato;
- II - não entregar a documentação exigida no edital;
- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

12.4. As sanções descritas no item 7.3, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

12.5. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

12.6. A multa descrita no quadro de infrações, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

12.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

12.8. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

12.9. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

12.10. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

12.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

TABELA 1			
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	06	4,0% sobre o valor mensal do contrato.
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso;	06	4,0% sobre o valor mensal do contrato
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	04	1,6% sobre o valor mensal do contrato

6.	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
7.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
8.	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
9.	Permitir a presença de funcionário sem uniforme e/ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá registrado.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
Para os itens a seguir, deixar de:			
10.	Efetuar o pagamento de salários até o quinto dia útil;	06	4,0% sobre o valor mensal do contrato
11.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
12.	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionários.	04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
13.	Cumprir prazo previamente estabelecido com a FISCALIZAÇÃO para fornecimento de materiais ou execução de serviços; por unidade de tempo definida para determinar o atraso	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
14.	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO;	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
15.	Zelar pelas instalações do órgão e do ambiente de trabalho.	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
16.	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por unidade de tempo definida para determinar o atraso	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
17.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
18.	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço.	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
19.	Disponibilizar equipamentos, insumos e papel necessários à realização dos serviços do escopo do contrato;	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
20.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por seus funcionários, em Veículos, equipamentos etc	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
21.	Fornecer 02 (dois) uniformes e dois pares de sapato, semestralmente, por funcionário.	02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
22.	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
23.	Entregar os vales-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
24.	Manter a documentação de habilitação atualizada;	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
25.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
26.	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionários OU Executar os horários de início e término dos plantões aprovados em escala pelo Diretor da Unidade Hospitalar.	01	0,2% sobre o valor mensal do contrato

Nota: Incidente sobre o valor da parcela do contrato.

12.12. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.13. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

12.14. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a Contratada ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

12.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

12.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

12.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de idoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.19. Sem prejuízo das sanções cominadas no Decreto nº 28874, de 25 de janeiro de 2024, conforme se segue:

[...]

Art. 185. A apuração de infração administrativa que enseja a imposição de advertência ou multa, isoladas ou cumulativamente, se dará mediante rito simplificado, observadas as garantias do administrado.

Parágrafo único. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato.

[...]

13. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE

13.1. Em razão do potencial comprometimento na execução do objeto licitatório devido à indivisibilidade do item, a cota de 25% prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não será aplicada nesta contratação.

13.2. Igualmente, o critério de exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não será implementado, visto que o valor da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00, conforme disposto no Art. 48, Inciso I, da mencionada lei.

13.3. Sendo assim, não se aplicará o tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas referidas no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual (MEI), conforme os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015. Dado que a licitação não se enquadra nos critérios do Art. 47 da Lei nº 123/2006, por não incluir itens divisíveis ou participação exclusiva de ME/EPP, aplica-se o disposto no Art. 49, Inciso III, da referida legislação.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela SESAU.

14.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva prestação do serviço.

14.1.3. Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas, quando for o caso;

14.1.4. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação;

14.1.5. Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência em desacordo com cumprimento das obrigações assumidas;

14.1.6. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção nos veículos colocados à sua disposição, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção e limpeza, pela empresa contratada.

14.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o contrato.

14.1.8. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado que não cumpra as normas deste termo de referência na execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

14.1.9. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste termo de referência;

14.1.10. Arcar com as despesas de combustível durante sua utilização na prestação do serviço pela CONTRATADA e garantir que esses sejam de qualidade a fim de manter a preservação dos veículos locados.

14.1.11. Inspeccionar e assegurar que o motorista condutor, porte Carteira Nacional de Habilitação - CNH adequada à condução de ambulâncias, dentro do prazo de validade e que possua o curso para condutores de veículos de emergência;

14.1.12. Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos na execução do objeto após o uso;

14.1.13. A CONTRATANTE é responsável, a fim de evitar danos e acidentes que através de sua equipe auxiliar oriente, zele e utilize a parte interna de maneira adequada respeitando o número de assentos, evitando fazer transporte com superlotação;

14.1.14. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis.

14.1.15. Será responsabilidade da Unidade Hospitalar Contratante a disponibilização dos profissionais definidos na Portaria GM/MS nº 2048 de 5/11/2002, que não estejam contemplados no item 3.2.17 deste Termo de Referência, de acordo com a

Declaração das Unidades Requisitantes.

- 14.1.16. Caberá a CONTRATANTE a oferta de insumos, medicamentos e EPI (Equipamento de Proteção Individual / NR-32).
- 14.1.17. Ofertar local de descanso para os prestadores de serviço terceirizado, quando estes executarem suas atividades nas dependências das unidades hospitalares de responsabilidade desta Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

14.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 14.2.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.2.2. A CONTRATADA executará os serviços de acordo com o contrato e principalmente em acordo com o descrito no termo de referência.
- 14.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer veículos em condições de uso, segurança e conservação (itens 3.2.3-3.2.14 deste Termo de Referência). Caso contrário, o veículo deverá obrigatoriamente, ser substituído.
- 14.2.4. Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços, independentemente de solicitação.
- 14.2.5. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade na ocorrência de qualquer acidente ou sinistro que envolva veículos objeto do presente contrato e que venham a serem vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços.
- 14.2.6. A CONTRATADA se obriga a tomar as providências práticas e burocráticas exigidas pela legislação vigente que lhe competem (boletim de ocorrência, perícia técnica e anotação de endereços e nomes de testemunhas presenciais, cartão de seguro) bem como a ratificação em qualquer circunstância, devendo proceder à entrega de cópia de documentos, reclamações, exigências, ações e medidas judiciais ou extrajudiciais motivados pelo mesmo. Deverá, ainda, colher informações sobre vítimas e indicar a autoridade responsável pelo caso.
- 14.2.7. Arcar com todas as despesas de mão de obra, limpeza e manutenção dos veículos, manutenção dos equipamentos, tributos incidentes e quaisquer despesas acessórias e necessárias relativas à execução do objeto do contrato, obedecidas todas as demais condições constantes neste Termo de Referência.
- 14.2.8. Abster-se de transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 14.2.9. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as instruções emanadas da Secretaria Estadual de Saúde de Rondônia - SESAU/RO.
- 14.2.10. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.
- 14.2.11. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas trabalhistas decorrentes da execução do objeto contratado, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 14.2.12. Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, com nº de registro e nome da contratada.
- 14.2.13. Substituir imediatamente, com a prévia anuência da CONTRATANTE, os funcionários no caso de afastamento, falta, impedimento legal ou férias, de maneira que não prejudique o andamento e a boa execução dos serviços.
- 14.2.14. Responsabilizar-se por todas as despesas com os veículos de sua propriedade, como: manutenção preventiva e corretiva, lavagem e higienização, acidentes, pedágio, impostos, estacionamento, taxas, licenciamentos, como IPVA, seguro obrigatório, taxa de emplacamento, eventuais multas e penalidades e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratado, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências.
- 14.2.15. Disponibilizar o veículo imediatamente, abastecido com tanque cheio, após o recebimento da autorização de início dos serviços, no local e horário fixados pelo CONTRATANTE, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido.
- 14.2.16. Os veículos deverão estar de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança higiene e limpeza.
- 14.2.17. Disponibilizar os veículos (ambulâncias) com quilometragem livre.
- 14.2.18. Manter os veículos segurados contra colisão, incêndio, roubo, furto, RCF-V (responsabilidade civil facultativa veicular) danos materiais a terceiros, RCF-V - danos corporais a terceiros e danos morais durante todo prazo de vigência contratual.
- 14.2.19. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos disponibilizados, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato da entrega dos veículos.
- 14.2.20. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos (como troca de óleo e reparos mecânicos necessários a sua manutenção), oxigênio, ar comprimido e alimentação dos profissionais que compõem a equipe de trabalho da contratada.

- 14.2.21. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas.
- 14.2.22. Substituir o veículo que estiver em desacordo com o termo de referência, quando solicitado por escrito pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da notificação.
- 14.2.23. A contratada deverá substituir os veículos em caso de pane mecânica e/ou avaria por outro do mesmo modelo.
- 14.2.24. Disponibilizar e recolher os veículos substituídos sem cobrança de qualquer taxa adicional.
- 14.2.25. Manter atualizadas e em ordem, a documentação relativa aos veículos.
- 14.2.26. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização do contratante em seu acompanhamento.
- 14.2.27. Dar ciência imediata e por escrito ao contratante sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
- 14.2.28. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços.
- 14.2.29. A(s) contratada(s) deverá(ão) realizar os serviços de Transporte Inter Hospitalar de Pacientes, entre outras unidades públicas ou privadas para unidade a qual é designada, ou seja levar e/ou buscar pacientes mediante prévia solicitação do nosocômio interessado, inclusive em outros municípios do Estado de Rondônia.
- 14.2.30. Implementar de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta.
- 14.2.31. Manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão poluentes, observando os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.
- 14.2.32. Disponibilizar os veículos com catalisador ou outro equipamento, implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.
- 14.2.33. Manter os veículos de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonoras superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços dos veículos.
- 14.2.34. Manter uma central de apoio dentro do Estado de Rondônia com sistema de comunicação em tempo real.
- 14.2.35. Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa, assim como a higienização necessária do compartimento do paciente a fim de evitar contaminação de pessoas.
- 14.2.36. Fornecer motorista condutor que porte Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria mínima exigida para condução de ambulância, dentro do prazo de validade e que possua o curso para condutores de veículos de emergência e não **estar** cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), pena decorrente de crime de trânsito, bem como não **estar** impedido judicialmente de exercer seus direitos;.
- 14.2.37. Fornecer técnico de enfermagem, enfermeiro, graduados e devidamente habilitados no seu conselhos de classes, para exercer suas funções auxiliando o transporte dos pacientes, bem como de profissional médico que deverá ser disponibilizado pela contratada, conforme solicitação de cada unidade.
- 14.2.38. A CONTRATADA responsabiliza-se em disponibilizar, para os serviços, objeto deste contrato, os equipamentos necessários para o fiel cumprimento dos serviços mencionados neste termo de Referência em quantidade suficiente.
- 14.2.39. Os equipamentos vinculados à execução dos serviços pela CONTRATADA, obrigatoriamente, deverão ser instalados em boas condições de uso e com garantia técnica de qualidade e inovação tecnológica.
- 14.2.40. Manter todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo substituir aqueles que vierem a ser considerados impróprios pela CONTRATANTE, devido ao mau estado de conservação.
- 14.2.41. A Contratada é obrigada a realizar desinfecção do veículo após o transporte de pacientes portadores de moléstia infectocontagiosa, antes de sua próxima utilização, de acordo com a Portaria MS nº 930/92.
- 14.2.42. Efetuar, imediatamente, a substituição de equipamentos que forem inutilizados por quebra ou extravio, respeitando as especificações técnicas e o modelo do equipamento.
- 14.2.43. A CONTRATADA deverá apresentar todos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado, acarretando aplicação de multa ao contratado caso seja demonstrado o não cumprimento, conforme art. 50, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2.44. Deverá comprovar mensalmente que mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.13/2021.
- 14.2.45. A CONTRATADA deverá comprovar não haver vínculo empregatício entre seu empregado e a administração pública.

14.2.46. A CONTRATADA deverá cumprir o disposto na Lei Federal nº 14.434/22, que trata-se do *piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira*.

14.2.47. A CONTRATADA deverá garantir o determinado no § 2º do art. 59-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943:

§ 2º É facultado às entidades atuantes no setor de saúde estabelecer, por meio de acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

14.2.48. A CONTRATADA obriga-se a adquirir aplicativo ou outra solução tecnológica de rastreamento da frota disponibilizada para atendimento da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, e ainda, o compartilhamento dessa ferramenta com o Gestor do Contrato, se possível, e desde que respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.853, de 2019.

14.2.49. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 50 da Lei nº 14.133/2021, comprovando periodicamente à Contratante a sua conformidade com as seguintes exigências:

14.2.49.1. Regularidade Fiscal: A Contratada deverá manter a situação regular quanto aos tributos federais, estaduais, distritais e municipais, apresentando, sempre que solicitado pela Contratante, certidões atualizadas de regularidade fiscal que comprovem a adimplência de suas obrigações tributárias.

14.2.49.2. Regularidade Trabalhista: A Contratada compromete-se a manter em situação regular suas obrigações trabalhistas, incluindo o recolhimento de contribuições sociais e de FGTS, apresentando, quando solicitado, as certidões ou documentos que comprovem o cumprimento destas obrigações, de acordo com o que preceitua o Art. 50 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.49.3. Comunicação de Alterações na Regularidade: A Contratada deverá comunicar prontamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade fiscal e trabalhista, devendo adotar, de imediato, as providências necessárias para regularização.

14.2.49.4. Da Apresentação de Documentação: o contratado deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário e diárias;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

15. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

15.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

15.1.1. A empresa pretensa fornecedora do objeto desta licitação deverá realizar comprovação de sua Capacidade Técnica por meio de documento oficial e legítimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de forma a permitir a devida conferência por parte da Administração Pública sobre a aptidão da empresa para fornecer o objeto conforme as estritas definições do Termo de Referência, comprovando o desempenho satisfatório da licitante em fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme o Art. 67 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, conforme as seguintes delimitações:

a) Os licitantes deverão apresentar comprovação de experiência prévia similar ao objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados, contratos ou outros documentos que evidenciem a capacidade técnica.

a.1) Para fins de base para verificação dos atestados de capacidade técnica, define-se como parcela de maior relevância o serviço de Transporte Inter-Hospitalar de Pacientes, com disponibilização de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**, com mão de obra especializada.

a.2) Os atestados deverão ser compatíveis com o objeto da presente contratação, apresentando no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo dos lotes que a licitante vencer, sendo aceitas comprovações de Veículo/Ambulância de Suporte Avançado **TIPO "D"** (UTI Móvel) e Suporte Básico **TIPO "B"**. Entretanto, para os lotes com valores inferiores a 4% do valor total estimado para a contratação, a exigência de atestados de capacidade técnica será dispensada.

a.3) Conforme § 5º do Art 67 da Lei 14.133/21 "em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos". No presente caso, visando ampliar a competitividade será exigida a comprovação de de experiência prévia similar ao objeto desta licitação pelo período de 1 ano.

Quadro X - Resumo dos quantitativos mínimos de de experiência prévia similar ao objeto desta licitação por lote.

ORDEM	LOTE	QUANTIDADE DE VEÍCULOS MÍNIMA POR LOTE	TIPO DE VEÍCULO/AMBULÂNCIA	PRAZO
1	LOTE I - HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO-HBAP e HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS-HRB	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
2	LOTE II - CENTRO DE MEDICINA TROPICAL-CEMETRON e HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-HRSF	1	TIPO "D" (UTI Móvel)	1 ANO
3	LOTE III - HOSPITAL RETAGUARDA DE RONDÔNIA-HRRO, POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ-POC E HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA-HRE	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
4	LOTE IV - HOSPITAL ESTADUAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II-HEPSJP II, ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA-AMI E SERVIÇO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DOMICILIAR-SAMD	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO
5	LOTE V - HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL-HEURO E HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL-HRC	2	TIPO "D" (UTI Móvel) e Suporte Básico TIPO "B"	1 ANO

15.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados, com objeto similar desta licitação, mediante a comprovação que evidenciem a execução dos serviços/entrega dos bens, comprovando a prestação dos serviços ou entrega de bens da mesma natureza;

15.1.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, devendo estar devidamente assinados, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos;

15.1.4. A falta de comprovação da capacidade técnica nos termos exigidos no edital implicará na desclassificação do licitante.

15.1.5. A empresa pretensa fornecedora do objeto desta licitação deverá realizar comprovação de sua Capacidade Técnica por meio de documento oficial e legítimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de forma a permitir a devida conferência por parte da Administração Pública sobre a aptidão da empresa para fornecer o objeto conforme as estritas definições do Termo de Referência, comprovando o desempenho satisfatório da licitante em fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme o Art. 67 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, conforme as seguintes delimitações:

15.1.6. Atestado (s) ou certidão (s) de capacidade técnica e operacional, em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento de item em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superior às do objeto deste pregão, indicando local, natureza, volume, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços.

15.1.6.1. Vale destacar que a "pejotização" dos profissionais médicos já foi admitida pelo Supremo Tribunal Federal, a exemplo do decidido na Rcl 57.917. Nesse ponto, deve-se atentar que eventuais restrições ao instituto só podem ocorrer quando houver indícios de fraude. Tratando-se de profissionais considerados "hipersuficientes", sendo admitida sua figura no ordenamento jurídico, não se vê razão para a sua exclusão dos contratos públicos. Assim **será admissível** a comprovação de vínculo por meio de contrato com **empresas Uniprofissionais**, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"CONSTITUCIONAL, TRABALHISTA E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. OFENSA AO QUE DECIDIDO POR ESTE TRIBUNAL NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO PROVIDO. 1. A controvérsia, nestes autos, é comum tanto ao decidido no julgamento da ADPF 324 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO), quanto ao objeto de análise do Tema 725 (RE 958.252, Rel. Min. LUIZ FUX), em que esta CORTE fixou tese no sentido de que: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A Primeira Turma já decidiu, em caso análogo, ser lícita a terceirização por "pejotização", não havendo falar em irregularidade na contratação de pessoa jurídica formada por profissionais liberais para prestar serviços terceirizados na atividade-fim da contratante (Rcl 39.351 AgR; Rel. Min. ROSA WEBER, Red. p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 11/5/2020). 3. Recurso de Agravo ao qual se dá provimento". (STF - Rcl: 47843 BA 0055865- 84.2021.1.00.0000, Relator: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 08/02/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 07/04/2022)'.

15.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Microempresa ou empresa de pequeno porte: apresentar documento que comprove o atual enquadramento das microempresas ou empresa de pequeno porte;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.476/2023.
- i) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.
- j) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- k) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

15.4. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta [nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- f) Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

15.5. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado para o LOTE no qual estiver participando.

b.1) o caso do licitante classificado em mais de um lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

b.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

b.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.5) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

15.6. **A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR AINDA, AS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

15.7. **Declaração Formal de que anterior a assinatura do contratato (definidos através dos Quadros 01, 02, 03, 04, 05, e do item 7 deste Termo de Referência) apresentará:**

15.8. a) Disponibilidade das instalações, dos veículos, dos equipamentos e dos profissionais técnicos, adequados para a realização dos serviços de que trata a referida despesa.

15.9. a.1) O(s) profissional(eis) responsável(eis) pelos serviços, deverá(ao) comprovar a sua regularidade junto às entidades reguladoras correspondentes às suas áreas de atuação, através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoal Física ou outro instrumento equivalente.

15.10. b) Base a ser instalada no estado de Rondônia.

15.11. b.1) Para as empresas que possuem sede fora do Estado de Rondônia, declaração de que apresentará alvará de funcionamento de sua estrutura física no Estado, dentro do prazo de 60 dias a partir da homologação do certame no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no item 7.3.

15.12. c) Licença sanitária vigente para funcionamento do estabelecimento, emitido por órgão competente.

15.13. d) Alvará de Localização e Funcionamento vigente da empresa expedido por órgão sanitário estadual e/ou municipal competente.

15.14. e) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Medicina, conforme Resolução CFM nº 2.010/2013.

15.15. f) Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Enfermagem.

15.16. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/21.

15.17. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme o Art. 63, inciso IV e § 1º da Lei 14.133/21.

15.18. As empresas participantes do certame deverão apresentar Declaração de que **não** emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal.

15.19. As empresas participantes do certame deverão apresentar Declaração de que está ciente e conhece integralmente as diretrizes definidas no Termo de Referência e Edital.

16. **DA PROPOSTA**

16.1. Nas propostas apresentadas pelas licitantes deverão constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluído todos os custos diretos e indiretos: taxas, encargos, e todas as demais as despesas referentes à realização dos serviços descritos neste termo de referência.

16.2. As empresas licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar juntamente com a sua proposta de preços a planilha de composição de custos que comprove o valor do serviço, detalhando todos os valores dos itens, impostos encargos.

16.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

16.4. Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos

16.5. **DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

16.5.1. Será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, no julgamento das propostas será considerado o critério de **MENOR VALOR POR LOTE**, conforme determinado na SAMS (0045838826), permitindo assim a ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. Tendo em vista que esta Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESA/RO visa a economia de escala, a praticidade, atratividade e racionalidade.

16.5.2. Justificando-se o critério em virtude de acudir o maior número de interessados em participar do certame, busca-se com a segmentação por lotes que a especialidade prevaleça proporcionando preços mais competitivos com melhor qualidade na prestação dos serviços ampliando desta forma a competitividade. Assim, optamos pela unicidade dos serviços, por ser mais viável do ponto de vista operacional, técnico e econômico para a Administração. Além dos motivos retro citados, cumpre salientar que tal forma de julgamento busca objetivos e princípios da transparência, do julgamento objetivo, da vinculação ao edital, do tratamento isonômico e da contratação mais vantajosa para a Administração, conforme regem os arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021. Justifica-se ainda com base na Súmula 08/TCE-RO ([S-8](#)):

"A Administração Pública, em geral, deverá restringir a utilização do critério de julgamento menor preço por lote, reservando-a àquelas situações em que a fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto; perda da economia de escala: redundar em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica, [...]"

c) proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade;"

16.5.3. A Súmula acima mencionada, uma vez interpretada/embasada, podem acarretar:

- melhor economia de escala;
- atratividade para o mercado;
- celeridade à licitação; e
- evitar a excessiva formação de contratos de pequena expressão econômica, fato que pode ensejar o fracasso da licitação, e consequentemente a perda do objeto, tornando-se inviável economicamente por não possibilitar o atingimento do objetivo e finalidade previamente estabelecidos no projeto.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

17.1. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida que a presente licitação envolve a prestação de serviços especializados, como o transporte inter-hospitalar de pacientes com suporte avançado e básico, o que demanda uma capacidade técnica e operacional robusta e integrada. A formação de consórcios poderia fragmentar essa responsabilidade, trazendo riscos à qualidade e continuidade do serviço, que é essencial para a segurança dos pacientes.

17.2. Essa unicidade facilita a fiscalização e a cobrança de resultados, evitando que falhas de coordenação entre consorciadas comprometam a execução dos serviços. Em licitações de maior vulto, essa centralização é ainda mais importante, pois os riscos associados à execução inadequada podem ser maiores.

18. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

18.1. A presente contratação utiliza como base a Planilha de Custo e Formação de Preços (□□□□□□0060357605□□□□□□), constante nos autos.

18.2. A estimativa realizada trata-se de apuração realizada pela área técnica desta Secretaria, sendo que as licitantes deverão compor devidamente os custos para fins de análise de propostas.

19. DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Declaro que a contratação é viável e razoável, concluímos não apenas pela viabilidade da contratação, mas também por sua necessidade, eis que o objeto previsto neste Termo de Referência é de suma importância de modo agregado para o bom andamento do serviço público de saúde. Registramos que os dados acima transcritos comprovam que, por hora, o procedimento licitatório da pretensa contratação, representa medida administrativa revestida de maior vantajosidade e economicidade para a administração pública.

19.2. Os equipamentos de segurança e demais equipamentos hospitalares instalados nos veículos/ambulâncias, ofertados pela CONTRATADA, deverão no que couber, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

19.3. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;

19.4. Fica vedado a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, Parágrafo Único, da Lei 14133/2021;

19.5. Fica vedado a intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado, conforme art. 48, VI, da Lei 14133/21.

19.6. Certifica-se que esta Secretária de Estado da Saúde atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22.

19.7. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 28.874 de 25 de janeiro de 2024 e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado;

19.8. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência pelos Técnicos desta SESAU/RO;

19.9. Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência;

19.10. Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

19.11. Será eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

Elaborado por:

LUCAS MATHEUS TELES

Responsável Núcleo de Serviços Continuados - GECOMP/SESAU

Revisado por:

MARCOS ALESSANDRO FERNANDES SALES

Assessor Técnico - GECOMP/SESAU

Revisado por:

Coordenadoria Administrativa - GAD/SESAU-RO

CENTRO DE MEDICINA INTENSIVA □ - **AMI**;

CENTRO DE MEDICINA TROPICAL - **CEMETRON**;

HOSPITAL DE BASE DOUTOR ARY PINHEIRO - **HBAP**;

HOSPITAL DE RETAGUARDA DE RONDÔNIA - **HRRO**;

HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA REGIONAL DE CACOAL - **HEURO**;

HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II - **HEPSJP/II**;

HOSPITAL REGIONAL DE BURITIS - **HRB**;

HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL - **HRC**;

HOSPITAL REGIONAL DE EXTREMA - **HRE**;

HOSPITAL REGIONAL SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - **HRSF**;

POLICLÍNICA OSWALDO CRUZ - **POC**;

SERVIÇO ASSISTENCIAL MULTIDISCIPLINAR E DOMICILIAR - **SAMD**.

Na Forma do que dispõe a Lei nº 14.133/2021, *aprovo o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé as laudas deste.*

(Assinado Eletronicamente)

MICHELLE DAHIANE DUTRA

Secretária Executiva de Estado da Saúde de Rondônia
SESAU-RO

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0001-00), com sede na Rua Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00).

CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE (DESCRIÇÃO DO SERVIÇO), o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº (NÚMERO DO PROCESSO), e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a (DESCRIÇÃO DO OBJETO), nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.2. DA VINCULAÇÃO:

1.2.1. Integram este Contrato além do Termo de Referência, as normas do Edital de Licitação (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), e a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO (SE HOVER)

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do

órgão requerente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCOS

15.1 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo - Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a SESAU/RO sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

15.1.1 - Após a notificação, a SESAU/RO decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a SESAU/RO poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

15.1.2 - A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

15.1.3 - O reconhecimento pela SESAU/RO dos eventos descritos na Matriz de Riscos deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

15.2 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

15.2.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

15.2.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.2.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

15.2.3.1 - O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

15.2.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

15.3 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº

14.133/21 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2024.

Titular da Contratante

Titular da contratada

Procurador do Estado de Rondônia

ANEXO I

Anexo II - Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (SEI nº 0052771529).



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo do Prado, Gerente**, em 21/05/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alessandro Fernandes Sales, Assessor(a)**, em 21/05/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Matheus Teles da Conceição, Chefe de Núcleo**, em 21/05/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MICHELLE DAHIANE DUTRA, Secretário(a) Executivo(a)**, em 21/05/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060367039** e o código CRC **23F8D6A2**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0036.109115/2022-75

SEI nº 0060367039